

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

ATA Nº 036

PRESIDENTE - DEPUTADO PROFESSOR ALLAN KARDEC

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Boa noite a todos e todas! Muito obrigado pela presença de vocês!

Autoridades presentes, senhoras e senhores, comunidade de Poconé, é um prazer estar aqui para dar início à terceira e última Audiência Pública no ciclo dos municípios pantaneiros.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, com o objetivo de debater a nova Lei do Pantanal.

Convido para compor a mesa de honra, comigo, os senhores e senhoras: Dr. Pedro Melo Pouchain Ribeiro, Procurador da República; Antônio de Carvalho Caçamba, Vice-Prefeito de Poconé; Ademir Aparecido Zulli, Presidente da Câmara Municipal de Poconé, representando todos os Vereadores; Geraldo Donizeti Lúcio, neste ato representado o Secretário de Estado de Turismo, Jaime Okamura; Silvana Dias de Campos, Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger, representando toda a sociedade civil e as Organizações Não-Governamentais. (PALMAS)

Agradeço as demais autoridades, já faço o registro de todos e todas, após à execução do Hino Nacional.

Convido a todos para que, em posição de respeito, cantemos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Registramos e agradecemos a presença dos Exm^{os} Srs. Raonny Arruda Falcão, José Correa Filho e Márcio Fernandes Nunes Pereira, Vereadores do Município de Poconé; Danielle Assis Carvalho, Secretária Municipal de Meio Ambiente de Poconé, obrigado pela presença; Guido Maria da Silva Moraes, Secretário Municipal de Agricultura de Poconé; companheiro Manoel Salvador Pereira Leite, Secretário Municipal de Turismo de Poconé; Nei Rondon Marques, Secretário Municipal de Infraestrutura de Poconé; Artur de Jesus Ricardo, representando a Cooperativa de Materiais Reaproveitáveis de Poconé; Adalberto Pagiolli; Professor Toninho; o Presidente do Rotary, obrigado pela presença; membros pesquisadores do Centro de Pesquisa do Pantanal; Rodemilson Barros, Presidente do PDT, obrigado, companheiro Rodemilson, por estar aqui conosco; e o apoio da Câmara Municipal de Poconé.

Eu agradeço demais a parceria, Presidente, por estarmos aqui realizando esta Audiência Pública na Casa do povo poconeano. Quero dizer que vocês já fizeram um trabalho antecipado, já tínhamos marcado o ciclo de Audiências Públicas para discutir a nova Lei do Pantanal e a formatação que essa lei no Congresso trará para Mato Grosso e o que poderemos aproveitar, antes de mandarmos as nossas considerações para o Congresso.

O Senador Pedro Chaves esteve na Assembleia Legislativa, Vice-Prefeito, para fazer a discussão da nova Lei do Pantanal que está no Congresso Nacional com o substitutivo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

integral do Senador Cidinho - antes era a lei do ex-Senador Blairo Maggi, e depois do Senador Cidinho. E nós tivemos pouco tempo para fazer uma discussão ampliada com a população, com o pantaneiro, com os municípios pantaneiros.

Então, conseguimos aprovar três Audiências Públicas nesse circuito da Tríade Pantaneira, como colocamos o nome. Começamos em Mimoso, com os dois Municípios, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger, as duas Câmaras Municipais nessa discussão; semana passada, fomos a Cáceres e hoje encerramos aqui, Manoel. Encerramos essa discussão e tentamos, a partir dessas três Audiências Públicas, elaborar um documento e enviar ao Senado Federal para que eles saibam o que nós, o povo pantaneiro de Mato Grosso, pensamos sobre essa nova Lei do Pantanal, o que queremos que esteja nela e, mais do que isso, deixamos, então, esse documento, a íntegra daquilo que conseguimos capturar das vozes pantaneiras sobre a nossa Lei do Pantanal.

Nós precisamos ter a lei federal e a lei estadual. Lembrando que o Estado de Mato Grosso não tem o zoneamento socioecológico ambiental. Somos o único Estado da Amazônia Legal que não tem o zoneamento socioecológico ambiental georreferenciado e aprovado, infelizmente. Foi feito um trabalho e esse trabalho foi vetado lá na frente.

Já começo a provocação e vou servir de mediador, tanto da nossa mesa quanto da plateia, que precisa participar para que a Audiência Pública seja consolidada. Audiência Pública sem plateia não é Audiência Pública, é exposição, é colóquio; Audiência Pública para ser efetivada precisa ter voz da plateia.

Começo aqui, Vice-Prefeito, a dizer como é que funcionam as leis ambientais na Assembleia Legislativa, na Câmara Federal e no Senado.

Em Mato Grosso, começou-se uma discussão sobre essa Lei na FAMATO. Nada contra a FAMATO, pelo contrário, nós precisamos da FAMATO, mas vejam que é a Federação da Agricultura se preocupando com a Lei Ambiental. Um Senador do agronegócio sendo o Relator e o pensador do Substitutivo Integral para a Lei do Pantanal no Brasil.

A impressão que eu tenho, talvez eu esteja errado, é que estamos correndo atrás daquilo que não é o nosso dever.

Quem deve pensar primeiro na Lei do Pantanal? Quem deve escrever primeiro, fazer as propostas para a Lei do Pantanal? Quem é pantaneiro! Pelo menos tem que sair daqui as propostas principais. É lógico que vamos adequá-las à questão econômica, à questão do potencial agrícola, da mineração, no caso aqui de Poconé, mas a maior preocupação que devemos ter é sobre a preservação do maior patrimônio natural da humanidade, que é o Pantanal.

E ao entrarmos à Assembleia Legislativa, há um ano e três meses, tivemos esse desafio. Pantaneiro que sou, sou de Santo de Leverger, fui Vereador em Cuiabá e sei das responsabilidades que Cuiabá e Várzea Grande têm sobre a questão do Rio Cuiabá e, conseqüentemente, do Rio Paraguai e também do Pantanal.

Tivemos o desafio de ser o Relator dessa provável Lei do Pantanal no Estado de Mato Grosso e fizemos algumas visitas. Fizemos uma visita em Corumbá, em Bonito, e começamos a fazer alguns diálogos, mas não poderia avançar em nada se não fizesse o dever de casa, que é trazer as Audiências Públicas para que o povo tenha voz e vez.

Temos alguns cenários... Eu vou colocar esses cenários aqui e abro a palavra para o nosso anfitrião, que é o Presidente da Câmara, que falará depois de mim, como anfitrião deste evento.

Em cada município pantaneiro que nós visitamos, temos algumas dificuldades, que é a grande dificuldade do Estado de Mato Grosso: como continuar crescendo - e vejam como eu

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

estou conjugando -...economicamente com sustentabilidade? Porque crescer nós já crescemos, no entanto, não nos desenvolvemos, ainda. Se pegarmos os últimos 10 anos do crescimento econômico do Estado de Mato Grosso, a nossa curva é chinesa de 10, 12% ao ano, mas não conseguimos fazer desenvolvimento humano, haja vista o IDH de Poconé, de Santo Antônio de Leverger, de Barão de Melgaço. Como desenvolver, continuar crescendo e desenvolver economicamente com sustentabilidade? Esse é o grande desafio de Mato Grosso; é o grande desafio de Poconé; é o grande desafio da Baixada Cuiabana.

Em Santo Antônio de Leverger, vejam e pasmem - e a Silvana é agente ativa nisso -, temos uma situação na região pantaneira, onde mora há mais de 100 anos a minha família, doutor, que a energia chega a Mimoso, Porto de Fora, Baía São João, é de péssima qualidade. Tem semana que ficamos 3 dias sem energia nessa região. E, muitas vezes, no mesmo dia há quedas de energia por 3, 4, 5 horas. E temos ali um *trading* turístico. Temos várias pousadas e várias propriedades rurais que já atuam com o turismo rural e com essa dificuldade de energia e nós estamos lutando para barrar a instalação de uma PCH dentro do Pantanal. Parece algo conflitante: mas, vocês não querem energia? Queremos, mas não queremos uma PCH que coloque uma barreira no Rio Mutum que irá destruir o potencial hídrico da Baía de Sí Maria que é o maior berçário de peixes daquela região do Pantanal, mas sofremos com a energia elétrica. Vejam que é uma discussão que precisamos fazer com muita sabedoria.

Estivemos em Cáceres e há um clima em Cáceres da ZPE. Está aqui o nosso colega do Governo do Estado. A ZPE é a Zona de Exportação Industrial de Cáceres. Com isso, conseqüentemente, a tão sonhada reedição da hidrovia Paraguai-Paraná, que já foi navegável muito tempo, para que isso ocorra eu preciso aprofundar o leito do Rio Paraguai para que volte a ser navegável. Aprofundando o leito do Rio Paraguai o meu nível de água abaixa, baixando os meus afluentes, também, e o ciclo de cheia e de seca é afetado. É possível fazer hidrovia sem dragar o leito do rio? É possível mudar as embarcações? É possível desenvolver Cáceres sem a hidrovia? E das cidades pantaneiras Cáceres é a que mais recebe turistas no Estado de Mato Grosso, porém, não é nem um terço do que Corumbá recebe com o mesmo ou, talvez, maior potencial.

Registramos e agradecemos a presença do Secretário de Desenvolvimento Rural, Agropecuário e Urbano, Guido Maria de Moraes.

Obrigado, Guido, pela presença!

E estamos aqui, em Poconé, para ouvir. Acabamos de receber a Carta de Intenção em Defesa do Pantanal, do Vereador Walney de Souza Rosa, da Fundação Verde Herbert Daniel, e a assinaram, também, a Silvana Dias de Campos; Adalberto Pagiolli, do Rotary Clube; a Danielle de Assis Carvalho, Secretária de Meio Ambiente de Poconé; o Manoel Salvador Pereira, Secretário de Turismo e Cultura. Vocês já fizeram o papel de casa. Aqui tem muita coisa já consolidada que auxiliará demais.

Hoje, então, viemos para Poconé para entender qual a especificidade de Poconé, uma das principais cidades mato-grossenses, pela sua história, pela sua origem e, em especial, pelo seu povo. É a maior cidade em densidade demográfica da região da Baixada Cuiabana. Tirando Cuiabá e Várzea Grande é Poconé, que tem no seu espaço territorial o SESC que contribui muito conosco para a preservação do meio ambiente, para a pesquisa, também, e precisamos entender quais são as especificidades da nossa cidade.

Finalizando, eu agradeço a presença de cada um e cada uma. Pretendemos estar com vocês aqui até 22h, 22h30min, para que possamos sair daqui com a Carta de Intenção, algo um pouco mais debatido com os entes aqui presentes, como o Ministério Público Federal, também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Feita a parte inicial, eu passo a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Sr. Ademir Aparecido Zulli. Depois, ao Vice-Prefeito para as suas considerações iniciais.

O SR. ADEMIR APARECIDO ZULLI – Boa noite a todos!

Cumprimento o Deputado Professor Allan Kardec e o agradeço por ter atendido nossa solicitação. Quando nós estivemos na Assembleia Legislativa, o Vereador Marcinho, o Vereador José Corrêa, entendemos a necessidade da vinda desta Audiência Pública para cá.

Agradeço muito Vossa Excelência por ter trazido a Assembleia Legislativa pra cá, por ter dada essa atenção a Poconé, a nós, vereadores, e à população em geral.

Em seu nome, cumprimento todo o dispositivo presente; nosso Vice-Prefeito Antônio de Carvalho Caçamba e os demais Secretários da Prefeitura.

Cumprimento os Vereadores Walney de Souza Rosa, Raonny Arruda Falcão, a Vereadora Meyrinalva Furtado e todos os segmentos presentes na Câmara Municipal de Poconé.

Foi de suma importância - e nós discutimos, nós 3 vereadores, o Vereador Marcinho, o Vereador José Corrêa e eu - a Audiência Pública que tivemos lá e achamos que ela deveria ter essa extensão até Poconé, porque - como Vossa Excelência disse - afeta diretamente o nosso Pantanal. Essa lei preserva o Pantanal, mas temos que ter a atenção lá em cima, nas cabeceiras, com aquilo que vai abastecer o Pantanal. Como será a preservação lá? Ou lá será liberado de uma forma menos acentuada? Não é, Dani? Ou preserva-se aqui e esquece-se lá de cima?

Então, é importante esta discussão aqui, no Pantanal. Como Vossa Excelência bem disse, quem conhece o Pantanal é quem mora aqui, quem vive no Pantanal, os ribeirinhos, os pantaneiros, os pousadeiros. É a população em geral de Poconé que conhece, assim como de Mimoso, de Santo Antônio de Leverger, de Barão de Melgaço, de Cáceres e Poconé não poderia ficar de fora.

Então, desejamos boas-vindas a todos que estão aqui, especialmente à Assembleia Legislativa, em nome de Vossa Excelência e do Deputado Eduardo Botelho, Presidente da Casa, que nos atendeu vindo ouvir a população poconeana, pantaneira, para que possamos discutir e ouvir os segmentos representados para que não sejamos culpados, amanhã ou depois, por não ter trazido esta Audiência Pública para ouvirmos a população pantaneira de Poconé.

Agradecemos, imensamente, seja bem-vindo e bom trabalho para todos nós!

A Câmara de Vereadores de Poconé está sempre à disposição! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Presidente.

Passo a palavra ao meu amigo Antônio Caçamba, Vice-Prefeito de Poconé.

O SR. ANTÔNIO CAÇAMBRA – Boa noite a todos e todas!

Desculpem as palavras, depois de uma semana de treino de Cavalhada e ontem 12 horas de Cavalhada...

Primeiramente, queremos agradecer Vossa Excelência e em seu nome cumprimentar toda a mesa, o Procurador de República.

Poconé fica satisfeita por Vossa Excelência vir por meio da Câmara Municipal de Poconé atender um pedido da Câmara realizando esta Audiência Pública.

Também, ficamos tristes, Cátia Cunha, de não vermos aqui aquelas famílias tradicionais do Baixo Pantanal.

Mas, Sr. Procurador e Sr. Deputado, tudo isso é porque não creem, não acreditam mais que o homem pantaneiro, ainda, terá algum êxito atualmente ou no futuro. O que nós sentimos é tristeza, Sr. Procurador. No Pantanal no mês passado uma família pantaneira vendeu sua

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

propriedade e já tem gente oferecendo fazenda de Mané, de José. Estamos vendo o pessoal do exterior e das grandes metrópoles brasileiras, com poder financeiro, tornar-se a nossa planície, a maior planície inundável do mundo de água doce, trazendo essa instituição. Uma grande instituição que hoje é proprietária de aproximadamente quase duzentos mil hectares, o SESC.

Nós não queremos falar mal do SESC. O SESC foi bom para o município? É ótimo! Mas falar como preservar aquela região, hoje nós temos uma área lá, como dizer, Katia, que é um estopim, é uma massa orgânica, que quando vier um fogo, não há Corpo de Bombeiro de Cuiabá ou do Rio de Janeiro que vá apagar.

Nós sentimos muito quando os nossos pais, eu falo nosso, porque eu... Quero que Vossa Excelência, cortando, qualquer coisa que for falar em Pantanal, em termos técnicos, nós poconeanos temos orgulho de ter uma filha de Poconé, lá da Malhada, lá de Bela Vista, que é Cátia Nunes da Cunha, respeitada internacionalmente, falou em Pantanal, tecnicamente; requisitada a dar palestra nos quatro cantos, não do Brasil, do mundo. Então, veja que o nosso município, além de ter uma conhecedora lá do passado, dos avós, Salvador Gomes de Arruda, de Antônio Cunha, de Oto Cunha, de todos esses, que são famílias tradicionais que hoje, está aí a Cátia, profissional de primeira, mas ela mesma pode falar para os senhores.

Vossa Excelência é jovem ainda; o Procurador é jovem, esse Pantanal que vemos aí falado e cantado em verso, mas, para aquele homem que nasceu, poucos, hoje, permanecem lá no Pantanal, porque o nosso Pantanal, os pais tiveram...

Acabou aquela época, Sr. Procurador, que o homem pantaneiro dava condições dele sustentar os seus filhos nas faculdades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Hoje, não. Se ele não partir para outro ramo, ele – eu vou falar como pantaneiro fala, Cátia - vai para o cabo de guatambu ou então da peroba, que é a foice ou a enxada. A sua sustentação dele lá no Pantanal não tem mais condições.

O que nós pensamos é uma política diferenciada como é lá no Nordeste com a caatinga, só usam o Pantanal, Pantanal, Pantanal para outros aproveitarem dele, não o homem, não a sociedade pantaneira, por que não dizer Poconé, Cáceres, Livramento e Barão de Melgaço? Pantanal é falado e cantado em verso, o BID-Pantanal, a Copa do Mundo...

O senhor sabe onde pararam as obras da Copa do Mundo? Lá no Aeroporto, em Várzea Grande! Ali não terminou. Aquele trilho só ficou ali. Ali acabou o investimento do Pantanal.

Nós queremos ter uma lei. Que o Estado de Mato Grosso possa colocar uma lei que seja discutida em nível federal para criação de meios para que o homem possa viver ainda no Pantanal. Hoje é raro falar daquele homem que só vive do Pantanal para tirar sua sustentação, principalmente, educando os seus filhos nos bancos escolares.

Então, a preocupação é essa. Hoje estamos vendo nesta Audiência Pública que o homem pantaneiro não está mais acreditando, o Pantanal, no momento, infelizmente, só está sendo usado para outros ganharem os recursos e nós mesmo, principalmente, aquele homem lá do Pantanal tem que partir para novos horizontes, que é a Capital e as cidades de Mato Grosso.

É só isso. Mais uma vez, quero agradecer a Assembleia Legislativa; ao Presidente Deputado Eduardo Botelho, na pessoa do nosso Deputado Professor Allan Kardec.

O nosso muito obrigado! Poconé agradece a participação! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Vice-Prefeito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Quero registrar a presença do Bruno Nascimento, Superintendente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Vem para cá, Bruno. Uma salva de palmas, por favor. (PALMAS) É a Secretaria de Estado de Meio Ambiente participando da nossa Audiência Pública.

Muito obrigado, Bruno, pela presença!

Registro a presença dos servidores da Escola Estadual JK.

Obrigado pela presença, Professora!

Agradecemos a presença dos professores e servidores da Escola Estadual Antônio Garcia!

Obrigado, também, pela presença!

Passo a palavra ao Dr. Pedro Melo Ribeiro, Procurador da República, para fazer as suas considerações iniciais nesta Audiência Pública.

O SR. PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO – Muito obrigado, Deputado Professor Allan Kardec, em nome de quem cumprimento os integrantes da mesa; todas as autoridades presentes e, principalmente, o grande ator desta noite de hoje que é a sociedade civil, ou seja, a população da Cidade de Poconé que nesta oportunidade terá as condições de expor as suas perspectivas, suas considerações sobre o momento que estamos vivendo, os desafios do Pantanal e, especificadamente, aqui da região.

Esclareço aos senhores que, como membro do Ministério Público Federal, já tenho naturalmente conhecimento de parte ou, senão, boa parte dos problemas que afligem a região.

A minha presença neste ato, hoje, se dá em consideração à importância que o Pantanal merece ter aqui na nossa atividade de preservação do meio ambiente no Estado de Mato Grosso, exatamente, por tudo aquilo que já foi ressaltado e aquilo tudo que os senhores bem sabem da singularidade que é esse bioma, um bioma que está protegido por instrumentos internacionais; um bioma que está expressamente previsto, enfim, tem uma proteção exigida expressamente por nossa Constituição, mas que sabemos, enfim, no dia a dia, muitas vezes, e isso eu tenho até que fazer uma autocrítica ao Ministério Público Federal, Deputado.

Muitas vezes acaba ficando relegado a um segundo plano quando buscamos desenvolver trabalhos de proteção ao meio ambiente, comparativamente, por exemplo, à floresta amazônica. Hoje, o Ministério Público Federal já tem projetos nacionais que buscam, na verdade, dar uma proteção mais afetiva e hoje, momento em que estou aqui justamente para beber na fonte, ouvir diretamente daqueles que conhecem a região, os problemas, os pontos que merecemos trabalhar para que, justamente, possa eu, lá de Cuiabá ter uma sensibilidade maior sobre aquilo que, efetivamente, aflige a região e não aquilo que eu ficaria imaginando que estaria acontecendo aqui.

Por isso, eu acho importante e fiz questão de prestigiar esta noite, justamente, para que tenha mais do que uma oportunidade de me fazer ouvir, enfim, muito mais eu quero aprender com todos os senhores, conhecedores aqui da região.

Ressalto apenas alguns pontos que são de interesse do Ministério Público Federal, especificadamente, com o Município de Poconé.

Em primeiro lugar, Deputado, no Município de Poconé está sediado o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense. Na minha área de atribuição lá na Procuradoria da República, em Cuiabá, nós temos, enfim, uma unidade de conservação que muito nos demanda, que é o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, mas pouco se fala do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, a começar pela estrutura que sabemos que é uma condição crônica de toda administração pública. A estrutura é sempre aquém do que, efetivamente, se precisa. Mas ao passo em que lá se

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

tem, efetivamente, uma administração estruturada, aqui no Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense, salvo engano, só se encontra com, apenas, um servidor que está sediado em Cuiabá.

Sei já dos problemas que têm com pescas irregulares na área desse Parque Nacional. É algo que nos preocupa bastante, além dos próprios projetos de instalação de empreendimentos hidrelétricos. Eu acho que aqui na Bacia do Alto Paraguai é onde temos um grande número desses projetos, mais de 100. Enfim, não há uma avaliação sistêmica dos impactos em conjunto da instalação de todos esses empreendimentos. Realmente, isso é algo preocupante que temos que ficar atentos e buscar todos os interessados em trabalharmos juntos.

Obviamente, também, há a questão da mineração. Isso é algo muito recorrente na região de Poconé.

Além disso, eu queria destacar mais um ponto que foi uma mudança relativamente recente, Deputado, que é a aprovação de uma lei estadual que dispensou o licenciamento ambiental na atividade de piscicultura em até 5 hectares. Na verdade, eu acho que o ponto principal aí... Eu acho que o ponto que toca os interesses do Pantanal é que por meio dessa lei se admitiu a criação de espécies exóticas. Sabemos que a Tilápia é um peixe economicamente muito mais rentável do que as espécies nativas, hoje, com base nessa lei que estamos trabalhando para justamente encaminhar um tipo de impugnação, mas a verdade é que hoje se está podendo legalmente exercer esse tipo de atividade que no primeiro momento é aquilo que o Deputado muito bem ressaltou, temos que sempre buscar caminhar juntamente com as condições de promover o desenvolvimento econômico.

Mas, obviamente, na medida em que trabalhamos com a proteção do meio ambiente muito nos preocupa o fato de que espécies exóticas possam estar sendo criadas em determinados tanques-redes, enfim, que possua conexão com a Bacia do Pantanal. Isso significa dizer que qualquer tipo de falha em um tanque desses, você pode ter uma fuga de tilápias que são peixes predadores. Eles podem se reproduzir e isso pode gerar um impacto ambiental a perder o controle. Então, isso é algo, realmente, muito preocupante.

Recentemente, também, tive conhecimento de estudos promovidos pela Universidade Federal de Mato Grosso com relação à contaminação do Rio Cuiabá por uso de agrotóxico. Isso, também, é algo que, enfim, temos que buscar acompanhar.

Portanto, senhores, os desafios são enormes, tanto aquilo que historicamente temos já enfrentado como todos aqueles desafios que surgem. A prova disso é a própria discussão do projeto da nova Lei do Pantanal, motivo pelo qual foi convocada esta Audiência Pública.

Essas eram as minhas considerações.

Na oportunidade, desejo a todos uma boa noite de trabalho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, Dr. Pedro Ribeiro. Foram muito bons os apontamentos de Vossa Excelência.

Passo a palavra para saudação inicial para Silvana Dias de Campos, Presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger.

A SR^a SILVANA DIAS DE CAMPOS - Boa noite!

Alguns de vocês já me conhecem. Eu estive aqui, recentemente, no Fórum de Sustentabilidade, convocado pelo Vereador Walney de Souza. Faço parte, então, desse documento que já está nas mãos do Deputado Professor Allan Kardec.

Parabéns, Deputado, por esta Audiência Pública que é uma oportunidade para todos falarmos um pouco sobre o Pantanal mais um pouquinho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Alguns me classificam como xiita, outros como alguma coisa parecida, mas não sou, não. Eu acho que o meio ambiente tem que ser respeitado acima de qualquer coisa, porque querendo ou não dependemos dele para a nossa sobrevivência. Nós precisamos da água; precisamos dos animais que estão lá em suas cadeias alimentares para não nos deixarem ser atacados. Nós precisamos disso tudo! É por isso que quando eu vejo o garimpo fico muito “p” da vida com esse garimpo aqui. Esse garimpo não só está afetando o nosso Pantanal como ele está indo lá para o Chaco boliviano e, daqui a alguns dias, vamos sofrer consequências com leis internacionais ambientais.

Daí, Deputado, vamos lá para a nossa PCH.

Pasmem, a SEMA, está aí o Secretário Adjunto que eu acho que não era da época, aprovou um projeto e a PCH fez outro projeto não aprovado. Agora, o próprio Secretário de Meio Ambiente nos disse - não é, Walney? - que foi desembargado. Está livre para se tocar aquela PCH.

Eu estive lá! Depois que estive no seu gabinete eu estive lá! É uma vergonha!

Procurador, sequer mencionaram a possibilidade de se fazer a 169 com o povo Boé, que vive ali, os conhecidos como Bororó.

Daí vimos aqui e a 169 cabe na questão do garimpo. No caso dos quilombos sequer vamos mencionar.

E daí tem a Lei do Pantanal...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC – FORA DO MICROFONE) – Fala sobre a 169.

A SR^a SILVANA DIAS DE CAMPOS – A 169 é uma Lei internacional que determina que comunidades tradicionais, inclusive os índios, sejam ouvidos quando há algum tipo de obra ou trabalho como de garimpo que vá afetá-los, mas isso tem que ser antes de começar a obra. Geralmente, não se cumpre! Estamos, agora, fazendo esse trabalho lá no Pará por conta da FERROGRÃO.

E daí temos a Lei do Pantanal.

Há pouco o Procurador falou sobre os agrotóxicos no Pantanal. Se o senhor subir na cabeceira do Rio Mutum, que abastece as Baías de Chacororé e Siá Mariana, que vem para o Rio Cuiabá, que vem para cá, que vai embora, verá que tem plantações de soja e tem peixes morrendo com agrotóxico. São famílias sendo intoxicadas. E daí tem a Lei do Pantanal para liberar mais plantações.

Ora, eu até sugeri isto para o senhor lá no seu gabinete, por que não desembargar toda essa área que está no Nortão já desmatada há 20, 30 anos para que as pessoas voltem a plantar ao invés de liberar o Pantanal? O Pantanal é o que temos de maior riqueza no Estado de Mato Grosso. É a nossa maior riqueza, porque é permanente. O garimpo acabará e ficarão só os buracos.

A PCH ficaria mais barato fazer energia solar, para fazer energia eólica, que seria um dano ambiental bem menor, mas não! Vamos construir uma PCH já ultrapassada por quê? Ela dará BO daqui a alguns dias. Acabou! Ficou para trás e só ficou o dano ambiental.

Porque, Procurador, lá na PCH eles estão desviando o Rio Mutum. Olha que barbaridade! A partir do momento em que a SEMA aprovou um projeto e eles tocaram outro projeto, essas pessoas deveriam estar na cadeia. Eles burlaram o sistema, as leis, mas estamos tendo mais uma oportunidade de falar, agora na presença de um Procurador. Vamos ver se conseguimos avançar um pouquinho.

Sempre à disposição para defender o meio ambiente. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Silvana. Você é uma guerreira de verdade nesse ponto.

Geraldo Donizeti Lúcio, que me acompanhou nas outras Audiências Públicas, está representando a Secretaria de Estado de Turismo.

Meu amigo Geraldo, a palavra está com o senhor para as suas saudações iniciais.

O SR. GERALDO DONIZETI LÚCIO – Boa noite a todos!

Cumprimento o Deputado Professor Allan Kardec e parabenizá-lo por esta iniciativa de discutir por meio de Audiência Pública o nosso Pantanal.

Cumprimento a plenária na pessoa do meu amigo Manoel, Secretário de Turismo do Município - digo Turismo porque na pasta dele tem o turismo.

Estamos aqui nesta noite, a exemplo de que estivemos em outras Audiências Públicas, acompanhando o trabalho do Deputado, representando o Secretário Jaime Okamura, que é o nosso Secretário Adjunto de Turismo do Estado.

Temos o Pantanal como a menina dos olhos do turismo do Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso é conhecido no Brasil e no mundo pelo Pantanal.

Quando falamos turismo no Estado de Mato Grosso já vem logo à memória o Pantanal, turismo que já está acontecendo aqui há muitos anos.

Eu dizia lá em Cáceres que o turismo foi institucionalizado no Estado de Mato Grosso a partir de 1974 para 1975, com a criação da TURIMAT, depois passou para o FUNSETUR, para a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, foi SEDTUR e hoje é uma Secretaria Adjunta dentro da SEDEC e representamos essa Secretaria.

Sou técnico da EMPAER à disposição da Secretaria de Turismo há quase vinte anos. Há quase vinte anos vimos militando no turismo, especificamente no turismo rural, pegando a expertise que tínhamos na agricultura e agricultura familiar, transportamos, fizemos essa interligação com o turismo e temos trabalhando esse turismo no Estado.

Para pensar em Pantanal, temos que pensar no Pantanal por inteiro, no Pantanal como um todo, e vem algo que já foi dito aqui, inclusive por algumas pessoas que me antecederam, que temos a planície, já estamos aqui propriamente na planície pantaneira, mas temos o alto que é o planalto pantaneiro. Esse planalto está mais na região de cerrado, outro bioma, mas são regiões de águas que vêm para essa planície. Então, pensar em Pantanal é pensar no Pantanal como inteiro, na sua biodiversidade com seus animais, com seus pássaros, com os peixes e com os rios, mas pensar também no homem pantaneiro, pensar na pessoa que está aqui vivendo há muitos e muitos anos.

O turismo vem no âmbito das oportunidades.

Estivemos, Marcos, há pouco dias em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, junto com a EMBRAPA Pantanal discutindo oportunidades.

Foram feitas várias discussões pelo Brasil nos biomas, Secretário, e estamos aqui discutindo o bioma Pantanal, mas temos no Estado outros biomas, temos o bioma cerrado, que tem uma importância muito grande para o Pantanal também, e temos o bioma da Amazônia.

Pensando no bioma Pantanal nessa oportunidade, numa oficina, não é Marcos, discutíamos oportunidades e o Pantanal tem várias oportunidades, oportunidades econômicas, oportunidades de envolver esse homem pantaneiro em atividades econômicas de produção.

Todas as atividades têm seus pontos positivos e negativos.

O turismo, num universo de oito grupos de discussão apareceu em todos os grupos como oportunidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Apareceu o gado pantaneiro, que tem que ser repensado, hoje não tem competitividade do gado pantaneiro com esse gado que está no médio norte do Estado, novilho precoce, com boi precoce. Temos que pensar numa agregação de valores desse gado pantaneiro como um boi verde, como um gado ecológico com valor agregado. Alguém vai comprar e alguém vai pagar o preço por esse boi com valor agregado. E muitas outras atividades como apicultura, a própria piscicultura de forma sustentável pode ser viável para que esse homem possa se fixar no Pantanal.

Mas o turismo é interessante, porque o turismo é um setor da economia que agrega muitos outros setores. Então, o turismo subexiste de um arranjo, de um ajuntamento de outros arranjos produtivos. A agricultura familiar faz parte do turismo, a pesca pode ser aproveitada para o turismo. Quando falamos em turismo rural, que é a vivência do homem que está na sua propriedade, e o turismo quer vir para se apropriar.

Eu falei isso lá e o Deputado até achou engraçado, que o turismo se apropria dos saberes e fazeres do homem. O homem tem conhecimento, tem sabedoria, tem cultura, tem a parte gastronômica e sua história e o turismo se apropria de tudo isso e transforma isso em produto.

Se pegarmos o Pantanal de Barão de Melgaço, de Santo Antônio de Leverger, de Poconé e de Cáceres, temos hoje mais de cem empreendimentos turísticos com equipamentos, com pousadas, com restaurantes. Só em navegação, em Cáceres, tem a ASATEC, que congrega lá mais de 30 barcos de passeios e barcos hotéis - 27 sete barcos hotéis e mais alguns barcos de passeios, mais de 30.

A Transpantaneira tem mais de 29 pousadas, só na Transpantaneira. Somando esses empreendimentos, temos mais de 100 empreendimentos turístico sendo viabilizado, trazendo renda, fixando esse homem, essas pessoas, envolvendo.

O turismo é envolvente, envolve cozinheira, atendentes, guias, transportadores, enfim, é um setor da economia que agrega e impacta 52 outros setores, segundo a Organização Mundial do Turismo.

Então, trazemos aqui, não é uma Audiência sobre o turismo, não vamos discutir só o turismo, mas o Pantanal.

Parabenizo mais uma vez o Deputado Professor Allan Kardec.

Levantamos essa bandeira, Manoel, temos levantado ali na SEDETUR, hoje com o Jaime Okamura, antes com Luís Carlos Nigro e em outras gestões, estou lá desde o Governo Dante de Oliveira, vimos levantando essa bandeira do turismo e temos visto, não na velocidade em que deveria acontecer, mas temos visto a evolução desse turismo no Estado de Mato Grosso, sobretudo do Pantanal Mato-grossense.

Muito obrigado pela oportunidade. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Geraldo!

Agradecemos sua participação, que estará disponível para a plateia já, já.

Encerro aqui a participação inicial da mesa e já passarei daqui a pouquinho para a plateia.

Com a palavra, o Bruno Nascimento, Superintendente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, para que faça suas considerações iniciais.

Daqui a pouquinho, Bruno, ficaremos à disposição da plateia.

Registro a presença do Secretário do Sindicato Rural, Júnior Amaral. Obrigado, Júnior, pela presença.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Registro a presença de Meyrinalva Furtado dos Santos, Vereadora do Município de Poconé. Muito obrigado, Meyrinalva, pela presença.

Bruno, a palavra está com o senhor, para as suas considerações iniciais.

O SR. BRUNO NASCIMENTO – Boa noite a todos!

Primeiramente, gostaria de cumprimentar a mesa em nome do Deputado Professor Allan Kardec; e cumprimento os senhores e senhoras presentes!

Estamos à frente da Superintendência de Fiscalização, o meu nome é Bruno Nascimento. Eu gostaria de registrar também a presença dos nossos colegas da Secretaria de Meio Ambiente, o Jean Holtz, Coordenador de Unidade de Conservação; o Marcos Ferreira, Coordenador de Conservação e Restauração de Ecossistemas, os nossos cumprimentos. Estamos aqui representando o Secretário de Meio Ambiente neste evento.

Quero dizer que, enquanto na Superintendência de Fiscalização, temos uma preocupação com o bioma Amazônico sim. Mesmo com as nossas limitações, principalmente, limitações de pessoal, estamos empenhando nossos esforços, principalmente com a equipe da fauna, na fiscalização da pesca predatória, da pesca nos rios que compreende o nosso Pantanal.

Enfim, nos colocamos à disposição dos senhores para qualquer eventualidade, qualquer pergunta ou questionamento, os colegas são técnicos na área, então, enquanto fiscalização, podemos responder alguns questionamentos.

Relacionado à questão do empreendimento energético, só queremos deixar claro que tudo que a Secretaria de Meio Ambiente faz é conforme a lei, foi autorizado em conformidade com a lei. Hoje eu posso dizer que esse empreendimento citado está embargado por pendências no licenciamento, algumas pendências.

Então, aquilo que fazemos é em conformidade com a lei, queremos deixar bem claro aqui. Aquilo que não pudermos responder de alguma parte técnica, faremos registro de tudo e estaremos enviando, procurando, pela Secretaria de Meio Ambiente, dar resposta aos senhores.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Bruno.

A primeira inscrição da plateia é da Cátia Cunha, membro do Centro de Pesquisa do Pantanal.

Enquanto a Cátia se prepara, Dr. Pedro Ribeiro e todos que estão aqui, nesse 01 ano e 03 meses que estou na Assembleia Legislativa, tenho que agradecer o apoio que tenho da Presidência, do Deputado Eduardo Botelho, por várias batalhas que já travamos lá, e ele tem nos deixado fazer uma atuação bem livre daquilo que poderíamos imaginar de qualquer tipo de cerceamento da nossa atuação lá dentro. Tanto é que nós conseguimos aprovar 03 Audiências Públicas, estamos conduzindo a terceira.

É importante deixar registrado que nós conseguimos barrar, por meio de denúncia ao Ministério Público Estadual, um Projeto de Decreto Legislativo que acabava com o Parque Serra de Ricardo Franco. Isso foi ano passado. Um Projeto de Decreto Legislativo que acabava com o Parque Ambiental Estadual Serra de Ricardo Franco, que fica em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Isso ganhou notícia no Brasil inteiro, porque um Ministro do atual Governo Federal tem uma fazenda lá no planalto dessa Serra, com 20 mil cabeças de gado. A extinção desse Parque seria um desastre na política ambiental do Estado de Mato Grosso e do Brasil, até porque esse Parque é internacional, faz divisa com Bolívia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Denunciamos. O Dr. Scaloppe assumiu essa questão. E o Parque ficou mantido mesmo com todas as dificuldades que tem esse Parque. Quando ele foi instituído, em 1997, pelo então Governador Dante de Oliveira, já existia 50 famílias dentro daquele espaço, as quais precisam, e precisam há 20 anos, ser indenizadas, elas precisam ser indenizadas, elas não podem pagar ou deixar de receber por aquilo que eles já estavam lá, só que hoje há mais de 150 produtores dentro desse Parque.

Nós começamos a travar uma luta, desde o ano passado, com uma lei que foi aprovada na semana passada, Silvana, que autoriza novos desmatamentos na Área de Preservação Ambiental do Rio Cuiabá, na APA do Rio Cuiabá, 483 mil hectares fazem parte da APA do Rio Cuiabá, sendo que muito dessa terra é em Poconé; e, numa área de preservação ambiental, não pode haver novos desmatamentos.

Aí eu volto no conceito da Silvana, que não é xiita, ao contrário, ela diz assim: “Para que desmatar aqui na beira do Rio Cuiabá se já tem área degradada, em recuperação na zona de transição entre Cerrado e floresta, que já é soja, por que não liberam aquela área para plantar novamente, que já foi plantada e está parada, embargada, do que autorizar novos desmatamentos na área de preservação do Rio Cuiabá?”.

Infelizmente, nós perdemos a batalha, mas continuamos na luta, porque acreditamos que essa é uma área que não pode haver novos desmatamentos. Talvez o trabalho político seja para regulamentar quem já está lá plantando, porque tem uma área de 180 mil hectares plantada nessa área de preservação do Rio Cuiabá. Nesse mesmo tempo, nós estamos aí nessa batalha com relação à PCH do Rio Mutum.

Vejam que eu não sou do Partido Verde, mas tenho a responsabilidade ambiental de professor que sou e pantaneiro que sou de Santo Antônio de Leverger. Novamente, farei a fala da Silvana, em nenhum momento queremos barrar o crescimento econômico do Estado de Mato Grosso, só queremos que esse crescimento seja de braço dado com o desenvolvimento humano, com o desenvolvimento!

Aí temos que ter a tranquilidade de entender que muitas vezes cresce, Lucky Marlon, meia dúzia de *trading* exportadoras; mas, onde eles estão, a cidade é pobre. Meia dúzia de grupos empresariais cresce! Tivemos leis aprovadas, no ano passado, na Assembleia Legislativa que eu nunca imaginei que iria ver passar por lá, como o incentivo na venda do gado e do suíno em pé.

Mato Grosso dá incentivo para vender o gado e o suíno em pé! “O que isso tem a ver com o Pantanal, Allan?” Nós estamos beneficiando os exportadores e tirando a possibilidade de criação de novos empregos no Estado de Mato Grosso quando eu vendo o gado em pé.

Gado vivo, Manoel, que será abatido na Arábia ou na China! Gado vivo! Porco vivo! Temos incentivos para esse tipo de produção em vez de segurar essa produção e fazer, pelo menos, o abate dentro do Estado de Mato Grosso.

Então, isso tem tudo a ver com o Pantanal quando temos um índice de desemprego em Poconé, por exemplo, mas temos uma pecuária enorme em Poconé. Se não me engano, um dos Municípios com o maior rebanho do Estado de Mato Grosso é aqui, Dr. Pedro, e nós temos essa dificuldade.

Só para darmos um pouquinho mais de caldo para esta discussão, Cátia Cunha, membro do Centro de Pesquisa Pantanal, a palavra está com a senhora.

A SR^a CÁTIA CUNHA – Boa noite a todos!

Eu quero cumprimentar o Deputado Professor Allan Kardec em nome de todos os componentes da mesa e também a todos os conterrâneos presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Quando vamos tratar das questões que envolvem um ambiente, um ecossistema e para onde vamos economicamente... O homem está ali presente. Bom, existem algumas coisas dentro do Pantanal... Eu irei abordar o Pantanal, porque ao mesmo tempo em que ele nos embeleza, que ele embeleza a região, também é impeditivo para muitos tipos de atividades.

Então, quando temos uma situação dessas... Mas também verificamos que existem pessoas que estão aí há mais de 200 anos. Como sobreviveram? Como ficaram aqui? E o que há hoje na modernidade que está sendo incompatível para permanecer, sobreviver? Por um lado, a questão da degradação, e por outro lado, a manutenção da vida.

Eu acho que existem algumas coisas... Eu vou abordar superficialmente, porque eu acho que compete aqui uma responsabilidade da mesa que legisla, porque até agora nós ouvimos falas de desconstrução da nossa política, quando você faz outra lei para fazer garantir direitos de poucos, que são os exemplos que colocaram aí, então, é uma desconstrução mesmo do que estava estabelecido. Isso preocupa a maioria dos cidadãos, porque não somos desse pequeno grupo que tem esse poder de decisão, ou que de alguma forma faz com que uma mesa que legisla tome partido de uma minoria em nome de Mato Grosso, em nome do desenvolvimento, em nosso nome.

É uma questão que eu acho que na medida em que entendermos cidadania, nós saberemos cobrar dos que estão nos representando. Isso é um ponto que eu cobro de nós, porque isso é importante.

Agora, dentro da questão do Pantanal, do que é que o Pantanal precisa? Qual é o caminho? O Deputado Professor Allan Kardec já disse: as extremidades. O Pantanal tem duas caras, dois lados, que é uma mesma moeda. Ele tem a fase seca, ele tem a fase aquática. Isso que faz toda a condição para proporcionar a vida que nós conhecemos, que é o Pantanal. Se isso deixa de existir, não será mais o Pantanal.

Quem daqui conhece região chaquenha? Quem conhece a região semiárida do Brasil? É isso que vai ter! Nem calango você vai ter lá dentro, porque é a condição geográfica, é uma questão de geografia, não é de eu querer ou do outro querer. É questão geográfica.

Então, por que o Pantanal tem a vida? Porque tem essa água. Essa água não tem nascente dentro do Pantanal, vocês conhecem.

Aqui em Poconé, o grande problema nos assentamentos é a falta de água para produzir a sua banana, a sua mandioca e a sua criação.

A cidade de Poconé tem problema de abastecimento de água, o lençol freático não aguenta! Joga lá para o Bento Gomes, Bento Gomes seca, vira uma poça d'água podre! Então, isso gera o quê? É o que nós estamos bebendo! Temos que fazer exame de fezes constantemente e tomar remédio.

Mas é claro que só vamos reclamar quando abrimos a torneira e não sair água! Aí que bate mesmo e vemos que isso é um problema. Então, o Pantanal e água são importantes. Qualquer empreendimento, do nível que for e que afete esses dois lados dessa moeda, é inegociável. É inegociável. Tem que buscar quais são as alternativas. Energia tem opção, ela colocou, tem centenas e assim por diante.

Entra aqui uma questão bem particular do Pantanal de Poconé, o representante do turismo disse que há duas semanas, três semanas, estávamos, eu também estive, na reunião em Campo Grande, discutindo com o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento de oportunidades. Qual era a condição que o banco colocava para as oportunidades? Tinha uma condição. Não ouviu quem não quis: sustentabilidade. Se falar que prejudicou comunidades tradicionais, estou fora. Se falar que prejudicou meio ambiente, estou fora. Como queremos procurar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

oportunidades se estamos com as duas coisas negativas? São eles que emprestam dinheiro. Quem pensa que o Brasil é rico, que gera dinheiro para produzir, introduzir, está sonhando, está em outro lugar. Sabe? Então, essa é uma questão.

Quais as oportunidades? Primeira coisa que eu vejo dentro do Pantanal é que temos um problema especial, principalmente dentro de Poconé, e eu deixarei para o meu colega trabalhar mais sistematicamente, que é a questão dos campos. Temos uma problemática de ordem ecológica e de ordem econômica. Tem saída? Tem, mas não é como eu quero. É a questão de invasão de campos, não é como eu quero e como você quer, tem outro caminho. Espécies nativas como pombeiros, cambará, invadem campos nativos e isso deprecia a biodiversidade do campo, tende a homogeneizar a paisagem, e isso é uma situação ecológica que ocorre no mundo, ele pode ter várias causas, não vamos discutir aqui a causa, temos que falar como isso deve ser tratado.

Outra coisa também que é importante dentro do Pantanal, nós temos o Pantanal com categorias, ele não é um cerrado, ele é diferente, completamente diferente, ele é uma área úmida.

Área úmida, o Brasil assinou um acordo internacional para tratar essa questão de área úmida.

Então, há duas coisas: ou eu vou lá e tiro a minha assinatura... Eu tenho que ter hombridade, se eu assinei, e eu quero dinheiro do mundo, eu tenho que ter hombridade ou então cumprir com o que assinei. Isso é uma questão que tem que ensinar, tem que cumprir lá em cima para todos nós, brasileiros, sabermos o que é a nossa palavra, se vale ou não vale. Se uma assinatura não vale nada, então vai virar o que este País? Nada mais vale?

Então, se assinou essa Convenção, cumpra. Essa é uma questão.

Quando você vê essa Convenção, ela não está falando para retirar o homem da natureza, mas para buscar alternativa sustentável. Será possível que no Brasil não tem ninguém pensante que pode buscar nessas alternativas?

Quando você pergunta - é a questão que eu estou aguardando dentro da planície - para os pantaneiros aqui em Poconé, ninguém me disse até agora: eu quero ficar rico. Existe diferença de fazendeiros, pantaneiros daqui de Poconé, com os de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul é outro perfil, são empresários. Não tem nada a ver com a nossa realidade.

Agora eu pergunto, eu toco outra questão: por que o pantaneiro, que é o pequeno, quando eu estou falando, eu estou falando de pessoas pequenas, que podem ser... qual categoria que ele exerce? Se é pecuária, por que ele não faz parte de uma comunidade tradicional? Por que é que temos festa de São Benedito, Cavallhada e tudo? Lá na entrada está: "Tradição e Cultura", mas o pantaneiro que tem propriedade não é comunidade tradicional.

Por que é que não tem ninguém representando? Eu não estou falando de grande propriedade, eu não estou falando de pecuaristas, eu estou falando das pequenas pessoas que têm propriedades! Por que elas não são reconhecidas? Isso é uma coisa que poderia ser pensada em nível de questão legislativa, porque da mesma forma, hoje, eu vejo assim, se não tivesse uma indicação, um movimento para quilombolas, para assentamentos, não teria ninguém aqui representando.

Esse é o trabalho que nós temos que fazer para que a população represente, se represente, se sinta representada para sabermos o que é a verdadeira reivindicação, porque o que eles podem estar querendo não é nada do que pensamos. Agora, nos cabe, na comunidade científica, mostrar as alternativas, as possibilidades que não destruam o ambiente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Eu quero, na verdade, agradecer a oportunidade! Acho que há muitas possibilidades aqui e precisaríamos tratar com bastante seriedade, porque possibilidades, alternativas existem, sim.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Muito obrigado, Cátia, membro do Centro de Pesquisa.

Eu fiz algumas anotações e vamos continuar esse papo.

Com a palavra, o Sr. Fernando Barbosa.

Está inscrita a Daniele de Assis e está aberta a inscrição para a plateia.

Por favor, gente!

O SR. FERNANDO BARBOSA - Boa noite a todos!

O meu nome é Fernando, sou Biólogo e faço o meu projeto de tese, estudo a biodiversidade dos campos nativos no Pantanal. Então, tenho uma leitura direcionada para alguns problemas relacionados a esse tema.

Durante a exposição foi dito sobre esse grande valor que, geralmente, é dado para ambientes florestais como a Amazônia. Tem o caso da moratória da soja para a Amazônia e não se tem para o Cerrado. Isso já é reconhecido no mundo inteiro, essa falta de olhar criterioso para a conservação. E tem crescido um olhar mais atento à conservação de áreas onde há outros tipos de componentes na vegetação que são as plantas herbáceas e as gramíneas. Boa parte da proporção do Pantanal, Poconé, é ocupada por campos, campos nativos que foram utilizados nos últimos séculos para a pecuária.

A professora citou a questão da natureza do Pantanal e quero dizer que já se sabe por questões ambientais, por questões geográficas quais são as aptidões de cada ecossistema. Por exemplo, o Rio Amazonas é navegável, mas não tem uma planície que sustenta as construções; temos o Rio Paraguai que não tem uma natureza navegável, mas que favoreceria o transporte, uma transposição de alimentos na América do Sul. Vamos ter que pesar essas coisas.

Mas existe a natureza do Pantanal! O Pantanal é uma área alagada, uma savana alagada e há compatibilidades de usos de aproveitamentos sustentáveis em áreas de savanas e há compatibilidades em áreas de cerrado, em áreas úmidas, desculpem, como o Pantanal.

Pensando na palavra sustentabilidade que é o que para mim faz mais sentido, a sustentabilidade é uma forma de garantir que no futuro, em condições extremas, tenhamos alguma segurança. Se eu falar de sustentabilidade dos campos nativos, terei alguma segurança no uso desses campos nativos. O que nós sabemos é que temos campos com uma diversidade muito alta e um valor muito grande para a biodiversidade. Esse valor, pensando em sustentabilidade, por vezes, pode parecer não atrativo aos pecuaristas que, talvez, queiram competir com a produtividade de pastagens exóticas na Amazônia, mas, ao mesmo tempo, talvez, essa composição nativa não favorece a pecuária, ela favorece o turismo. O turismo se instalou aqui, porque a natureza é conservada; porque os animais podem ser vistos com facilidade. É o turismo ambiental que tem movimentado e dado outra alternativa ao Pantanal.

Quando eu penso em sustentabilidade não consigo pensar em nada que fique focado em uma única atividade. Nós queremos ter sustentabilidade, então, tem que abrir as opções. Não adianta buscar alternativa econômica só em uma atividade, uma superexploração da pecuária. Terá que se compartilhar isso com o turismo. Ao mesmo tempo em que você preserva a composição, as espécies nativas de um campo, você pode ter um menor aproveitamento em pastagens, mas pode abrir uma possibilidade para a produção do mel.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Então, sustentabilidade seria a equitabilidade. Eu posso perder em rendimento econômico, mas, provavelmente, terei pessoas da sociedade envolvidas, vou ter componentes ecológicos em segurança. Então, é questão de equitabilidade no uso.

Ainda, temos uma boa proporção de componentes nativos na natureza. É uma grande oportunidade de dar um exemplo de uso sustentável para o mundo. Há locais que sequer podem ter uso sustentável, hoje em dia, porque sequer têm ambiente natural e nós temos esse ambiente natural. Enquanto se pensa em preservação da Amazônia, da floresta, por causa das políticas do carbono, ninguém questiona o potencial ou a necessidade da água. Ninguém questiona a necessidade da biodiversidade ou de conservar para outros aspectos que não sejam estoque de carbono.

Eu mesmo acredito que enquanto a Amazônia tem todo um potencial visível para acumular carbono na parte aérea da floresta, o Pantanal tem outras habilidades, tem outras qualidades, principalmente relacionadas à biodiversidade e à manutenção de ciclo hidrológico.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado!

Registro a presença de Jean Carlo Holz, Coordenador da Unidade de Conservação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Marcos Antônio Camargo Ferreira, Coordenador de Conservação e Restauração de Ecossistemas Secretaria Estadual de Meio Ambiente; Elson Gonçalves dos Santos, representante do Sindicato Rural de Poconé; e, também, o pessoal do SESC. Agradecemos a presença dos colaboradores do SESC aqui.

Com a palavra, a nossa amiga Danielle de Assis Carvalho, Secretária Municipal de Poconé.

A palavra está com a senhora, Danielle.

A SRª DANIELLE ASSIS DE CARVALHO - Boa noite a todos!

Para quem não me conhece, eu sou Danielle, Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Agradeço, imensamente, a iniciativa da Assembleia Legislativa de receber o pedido da Câmara Municipal de participar para escutar um pouco das nossas ideias, do que pensamos e do que vivenciamos aqui, no Pantanal.

A utilização do Parque Nacional do Pantanal eu acho muito legal, Bruno, mas, também, acho que temos que fazer as regulamentações para que sejam feitas os usos até mesmo da Transpantaneira. Eu até citei na Audiência Pública que teve na Serra Ricardo Franco que poderíamos pensar, também, na regulamentação do uso da Transpantaneira, porque muitas pessoas usam de forma desordenada; as visitas não são reguladas. Temos nos dias de domingo banhos, todos têm direito de tomar banho na Transpantaneira, mas desde que seja de forma ordenada e não temos uma medida que regulamente esse tipo de coisa.

Outra coisa que, também com a discussão me veio é a questão do Pantanal. Ela é a maior riqueza, sim, mas temos que pensar na sua preservação economicamente viável para os pantaneiros, porque quem sabe lidar com essa riqueza são os pantaneiros que, como o próprio Vice-Prefeito falou, estão precisando sair de lá e não estão tendo condições de manter suas propriedades.

Uma das coisas que eu acho que deve ser interessante de a SEMA pensar é a questão da dinâmica do fogo, porque conversando com os pantaneiros antigos eles disseram que, antigamente, os campos eram mais limpos, porque faziam a dinâmica do fogo. E com o trabalho de combate ao fogo ano passado nós percebemos que onde as propriedades fizeram ilegalmente o fogo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

era muito mais fácil de controlar, a fauna era muito menos afetada, porque rapidamente o fogo era controlado, diferente das áreas que não passaram pela dinâmica do fogo.

Eu acredito...

É claro que no início, se for realizada essa dinâmica, terá mais fumaça, irá propagar mais fumaça, mas será num período que não seja proibitivo do fogo quando a umidade do ar está muito mais baixa, que o fogo se alastra com maior velocidade e assim, conseqüentemente, com o passar dos anos, como os campos vão limpando, também, a propagação do fogo será muito menor. Então, eu acho que seria legal pensar nisso,

E, também, quanto à proibição da pesca, totalmente, eu estive conversando muito, nessas andanças, com as pessoas e alguns pescadores falaram que devido à proibição da pesca do dourado e do jacaré aumentou muito essa espécie. Eles falam assim: “Por que a senhora não propõe para o pessoal que volte o dourado, volte o jacaré e proíbe outra espécie para fazer a rotação das espécies que estão em falta no nosso rio? Porque eles já estão se tornando predadores para as outras espécies que estão reduzindo o seu número.”

Esses foram alguns dos questionamentos que eu pude perceber durante a discussão e também pensar em política de valorização do homem pantaneiro.

Nós sabemos que o Pantanal para ser preservado tem que ser menos cabeça de gado do que em outras regiões. Se o homem pantaneiro não tiver uma política de valorização, como ele vai conseguir manter, competir, como o próprio pessoal diz, com o pessoal lá do médio norte que pode fazer a pecuária semiextensiva?

Tudo isso, eu acho que tem que se pensar nas particularidades do Pantanal. Realmente, tratá-lo como particular. Ele não pode ser comparado com os outros ecossistemas do nosso Estado, do nosso Brasil. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigada, Secretária.

Passo a palavra para o Elson Gonçalves dos Santos, depois volto aos componentes da mesa.

Só para não perder a oportunidade, o jacaré nunca teve autorização para o abate. Sempre que houve abate de jacaré, na história, foi um abate irregular.

Eu parabenizo a senhora por tratar de um assunto que é muito questionado nos municípios pantaneiros, essa questão do jacaré. Principalmente, a criação do jacaré, que é uma carne exótica, muito consumida e bem valiosa, eu acho que dá para fazermos essa discussão, sim, mas em cativeiro. No ambiente, sem chance nenhuma de deus defender essa ideia.

Quanto à questão do dourado, eu fui um dos críticos do Deputado Zeca Viana, eu ainda estava em Santo Antônio de Leverger, na escola, como Professor e Coordenador Pedagógico quando teve a proibição do dourado. Eu contestei demais, porque sou um bom pescador de dourado. Mas eu vejo que ampliou muito a procura pela pesca esportiva do dourado pelo fato da proibição da retirada dessa espécie.

Nas regiões que tem o dourado, hoje, ampliamos e a Secretaria de Turismo é provável que tenha, junto com a SEPESCA, e também com a Associação de Pescadores Esportivos - o Gustavo está aqui, trabalha comigo, a pousada dele trabalha com pesca esportiva... Nós começamos a competir com a Argentina, Mato Grosso entrou no roteiro internacional da pesca esportiva do dourado por conta da proibição. Então, há de se entender que precisamos discutir isso.

Sou a favor do rodízio, se liberar um, tem que proibir outro. Tenho uma vocação, mas, como entidade política que estou, jamais vou poder tomar uma decisão sem consultar a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

população. Tenho uma vocação para cota zero. Sou bastante tranquilo em dizer isso. Tenho uma preocupação com alguns municípios com a cota zero! Se instalasse hoje a cota zero eixo Santo Antônio de Leverger-Barão de Melgaço poderia fechar as portas. De posto de gasolina a venda de iscas, o mercado, a padaria, podem fechar as portas.

Se instalássemos a cota zero hoje, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço, talvez Poconé, Cáceres, podem fechar, o comércio está inviabilizado.

Então, é uma irresponsabilidade se introduzíssemos hoje a cota zero. Porém, entretanto, contudo, todavia, não podemos deixar de discuti-la.

Corumbá tem cota zero, mas a pesca está liberada e a compra do pescado também está liberado por profissionais que são beneficiados pela prefeitura, e a prefeitura, inclusive, recebe muitos elogios por conta disso, que lá tem os locais corretos para você comprar peixe direto no rio, mas é uma realidade diferente desta nossa realidade.

Eu que sou santo-antoniense, Dr. Pedro Ribeiro, e tenho certeza que se instalássemos a cota zero hoje Santo Antônio de Leverger viraria um caos e a arrecadação do comércio cairia a zero e teria que fechar as portas. Então, temos que ter responsabilidade acerca disso.

Elson Gonçalves dos Santos, Biólogo, a palavra está com o senhor.

O SR. ELSON GONÇALVES DOS SANTOS – Boa noite a todos!

Estou aqui representando o Sindicato Rural Patronal.

Quero cumprimentar o senhor, Deputado Professor Allan Kardec, os componentes da mesa e toda população.

Com relação à discussão sobre a lei do Pantanal, sabemos que essa lei está muito atrasada de ser... Quando foi criada a Constituição, ela já era para ter sido feita e deixou para depois, depois, depois. Mas, antes tarde do que nunca. Todo investimento que temos dentro do Pantanal está ilegal, porque não tem apoio jurídico. Deixamos de receber grandes investidores por causa, eu vou ser bem franco, dessa irresponsabilidade política que temos no nosso Brasil, não só a Casa, nós aqui, mas Brasília. Cabe a eles, então, fazerem essa lei.

Embora o nosso Estado vizinho, nosso Governador, já teve a coragem de baixar um Decreto lá dando legalidade ao que não foi aprovado, ao que vem se arrastando lá em Brasília. Eles detêm 65% do Pantanal, nós, aqui, 35%. Não sei se por ser essa minoria ou por descaso que eu vejo dos políticos pelos municípios pantaneiros devido à arrecadação, porque não temos ilegalidade, não podemos produzir nada, o que tentávamos produzir foi tirado o nosso direito. Antigamente, podia, sim, caçar jacaré, capivara, depois foi feita a lei que não poderia mais, era ilegal. Foi tirado o direito.

O que foi colocado? Você não pode fazer isso; você não pode fazer aquilo; você não pode aquele outro.

Então, nós não temos esse desenvolvimento, mas temos 3% do ICMS da arrecadação de todo o nosso País, que é destinado 1,5% para o Nordeste e 1,5% é destinado para Mato Grosso e para o Amazonas. Nós não temos destinado... Eu não vejo, não conheço... Sou ex-Vereador da gestão passada e não vi investimento do Governo desse nível para o nosso município. Eu não tive esse conhecimento e olha que fui atrás.

Como nós somos uma área alagada e já foi colocado que não podemos produzir por ser uma área úmida, mas, temos que produzir dentro dessa área, porque existe lá um bicho homem que tem que sobreviver ali, onde ele conhece a realidade, onde ele se integra à natureza, diferente de muitas pessoas de fora que querem se impor à natureza. O homem pantaneiro se integra,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

ele conhece, ele sabe fazer a leitura. Quando o marimbondo faz a casa alta, pode até rirem de nós, mas sabemos que terá enchente grande, a natureza é mais sábia. Ele tem o conhecimento, o olhar destinado para isso e não temos muitos investimentos lá dentro em prol dele.

Eu posso até dizer, Dr^a Cátia, quase como uma etnia, porque para sobreviver lá é como se fosse o homem pantaneiro, teve que erguer a cola porque os outros não conseguiram sobreviver, o que se destacou lá dentro foi o cavalo pantaneiro.

O homem pantaneiro tem que ser um homem caboclo, um homem de força, mulheres de força, com vontade de sobreviver dentro daquela área úmida, que tem toda beleza, mas existem várias imundícies que falamos aqui, pragas, mosquito, mutuca, dentre outras, e não temos nada de investimento no Estado.

Eu quero elencar para os senhores, chamar a atenção, sobre o ICMS Ecológico, taxa-se todo o Pantanal, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, mas não conta ele como um todo: “ah, não, ali é só área onde é o Parque Nacional, são só reservas, estradas parques”.

Mas e as outras áreas, como ficam?

Também quero salientar para a Cátia sobre as plantas invasoras. Quero destacar aqui, é uma reivindicação não só minha, mas também do Sindicato, uma luta deles, o senhor da SEMA que está aqui, tiveram várias pessoas que passaram para lá, mas não tiveram por muitas vezes por falta da legalidade da lei nossa que temos lá em Brasília.

Quero dizer também sobre a piscicultura. Estive agora na Bom Futuro, na Fazenda Filadélfia, e vi lá produzindo tilápias em larga escala! Entendeu? Ser híbrido até não é problema, quero destacar, embora na lei que está proposta os híbridos não poderão ser criados dentro do Pantanal, deixando muitas áreas alagadas, baias e não temos, digamos assim, destinação para ela porque não seca e não conseguimos tirar riqueza delas. Então, tanque, rede e represa, desde que não sejam feitos diques, apenas parte, acredito que vai ser condição viável de criação de peixe, sim, um potencial muito grande que estamos deixando de ter nessa Lei do Pantanal.

Para finalizar, se não for muito da minha parte, eu gostaria que ficasse registrado, sei que está sendo gravado, sobre o que é o homem pantaneiro para os senhores.

No meu curso de biologia, na minha monografia, estudando, escrevi esse verso com o qual eu gostaria de encerrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Por favor!

O SR. ELSON GONÇALVES DOS SANTOS - O HOMEM PANTANEIRO

Sou filho da terra, Guaicurus, Paiaguás, Bororos e Guatós

Sou filho da água, negros, mamelucos, portugueses e espanhóis

Sou filho do ar, de muitos lugares, Alemanha, Paraguai e Bolívia

Sou um mito! Ou uma ilusão? Na terra serpente! Na água minhocão!

No ar, uma assombração?

Sou filho da terra, das minas de ouro, dos grandes e pequenos engenhos, dos cristões, índios e mouros. Não sou uma invenção luzo portuguesa, sou real e convivo com a realidade, por que nos campos me considero um tucura, adaptado a região, apurando a sua raça, casando primo com prima, um baguá alongado, com característica de caboclo, um cavalo pantaneiro, com sua rusticidade e força, comendo embaixo d'água ou que a natureza oferece.

Sou filho da terra, do centro da América, útero deste continente, cheio de vida e variedades de muitos ecossistemas, uma vegetação até hoje não catalogada, a vida aquática incalculável, os pássaros é uma constelação, os anfíbios e répteis incalculáveis, os animais imensuráveis, de tamanha beleza sem comparação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Sou filho da terra, me interajo com o local e percebo a natureza. Não sou cientista, mas a conheço como a palma da minha mão. Tiro o meu remédio e o sustento, dela crio a minha gente que conseguiu expandir as terras deste Brasil, ignorado por esta pátria que diz ser mãe gentil, largada a qualquer sorte, sem escola, sem saúde, sem moradia ou qualquer atenção.

Sou o dono desta terra, que o mundo prega ser da humanidade, há quase três séculos zelo por ela, um santuário, um paraíso, pedacinho do céu, vivo feliz, com todas as dificuldades, porque sou pantaneiro.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Bonito poema, Elson, parabéns!

Tudo que o senhor falou está registrado. Estamos com as nossas Taquígrafas...

O SR. ELSON GONÇALVES DOS SANTOS – Isto é o que eu considero...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – O homem pantaneiro.

O SR. ELSON GONÇALVES DOS SANTOS – O homem pantaneiro...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Está registrado.

O SR. ELSON GONÇALVES DOS SANTOS – Em ponto e vírgula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado.

Peço uma salva de palmas para o Elson, que, além de militante, é poeta.
(PALMAS).

Walney de Souza, nosso Vereador, passarei a palavra para a Silvana, que também fez inscrição.

Walney, a palavra está com o senhor.

Tenho mais uma inscrição da plateia, da Cristina, e partimos para o fim.

Ainda tem tempo de se inscrever, gente, para fazermos uma boa participação.

Vereador, a palavra está com o senhor.

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA – Muito obrigado. Quantos minutos, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Cinco minutos.

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA – É o suficiente. Serei conciso.

Boa noite, pessoal! Tudo bem? Obrigado pela presença.

Dr. Pedro Ribeiro, muito obrigado por estar aqui.

Eu gostaria de começar a minha fala pedindo a atenção do Secretário Adjunto de Meio Ambiente do Estado, tendo em vista que as intervenções do Pantanal são feitas quando o governo quer.

Há muitas discussões, Caçamba, e já participamos, assim como em 1981, no nosso Encontro Ambiental, quando colocamos um parecer do prefeito da época brigando contra a Barragem da Camargo Corrêa - isso em 1981, saiu no Globo Repórter.

A barragem foi construída, defendida por muitos. A Camargo Corrêa virou fumaça e a barragem está aí.

Então, muitos empreendimentos aqui em Poconé podem estar dando comida para alguns aqui em Poconé, ou para muitos, mas daqui a 20 anos pode acontecer o mesmo e ficar simplesmente grandes obstáculos faraônicos para os nossos filhos contemplarem.

Mas, falando sobre a importância do sistema de fiscalização e autorizativo que a SEMA deve ter, há 15 anos não podíamos construir pontes de concreto na Transpantaneira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Quantas vezes, Caçamba e moradores antigos, Ademir, pedimos pontes de concreto na Transpantaneira e: “não pode, não pode fazer”. Quando o governo quis, fez.

Quantas vezes a Comunidade de Porto Cercado pediu manutenção das estradas daqui a Porto Cercado? Quantas vezes? “Não, não pode asfaltar, não pode fazer isso.” Quando o Governo quis, fez.

Quem sabe, pessoal do SESC, se o SESC fosse lá no outro extremo da Transpantaneira e fizesse a pactuação bipartite, como foi para a Rodovia Professora Chiquinha, já tivesse asfaltada a Transpantaneira, porque quando o Governo quer acha jeito. Quando o Governo quer!

Então, estas discussões, minha amiga Cátia, que estamos fazendo aqui, nem sempre o que nós queremos é o que o Governo quer. (PALMAS)

Obrigado!

A exemplo disso, na Aníbal de Toledo tivemos um laticínio fechado, porque tinha problemas ambientais. Nós tivemos um posto de combustível nessa Aníbal de Toledo que ficou meses parado, porque a SEMA e o Governo não autorizaram, mas do lado esquerdo andem por lá para verem o tamanho do buracão da mineração na Tereza Botas. Autorizado! Autorizado! E eu, se eu quiser andar pela rua Ana Vaz, não posso!

É o meu direito de ir e vir, Deputado! É meu direito de ir e vir e não pode!

E mais ainda, quando nós precisamos da presença institucional da Assembleia Legislativa...

E eu fui lá e o senhor estava na Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais e gostaria que o senhor falasse para o Deputado Wagner Ramos que a comunidade espera a visita dele até hoje. Quem sabe no período de voto ele vá lá falar para a comunidade porque ele não veio. Leve esse pedido ao meu conterrâneo Deputado Wagner Ramos.

Diante disso, eu quero dizer a vocês que nós precisamos trabalhar e ninguém aqui é contra soja, ninguém aqui é contra a mineração. Pelo contrário! Mas o que vai acontecer com Poconé...

O senhor mora onde, Secretário Adjunto de Turismo, lá em Cuiabá? Qual bairro o senhor mora?

O SR. GERALDO DONIZETI LÚCIO (FALA FORA DO MICROFONE) – Eu moro próximo ao Parque Mãe Bonifácia.

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA – Mãe Bonifácia!

O senhor já imaginou se um empreendimento comercial ficar ao lado da sua casa e alagar a sua casa até a pleura de água? Daí vão falar para o senhor: não pode mexer, porque gera emprego, Alagou a sua casa e você não pode fazer nada!

Isso não acontece fora, não! Acontece em Poconé! Já aconteceu em Poconé! Infelizmente, falamos pouco sobre isso, porque eu vou prejudicar o colega, porque esse daqui me ajudou, eu não posso falar sobre isso, mas nós temos que fazer algo. Só que esse algo acontece quando o Governo. Quando o Governo quer acontece algo.

Pois bem, não serei extenso!

Eu entreguei para Vossa Excelência uma correspondência que fala sobre a intenção dos 4 municípios. Tivemos aqui prefeitos e esta Casa abriu as portas por meio do nosso Presidente, recebeu vereadores de Cáceres, de Santo Antônio de Leverger, de Barão de Melgaço, de Nossa Senhora do Livramento e de Cuiabá e discutimos o que queremos sobre o Pantanal. Descobrimos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

que o nosso maior dever de casa é cumprir no município, mas precisamos do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do governo Federal e do Ministério do Meio Ambiente.

Convidamos Vossa Excelência para protocolar esta Carta antes do recesso ao Ministro, mas, principalmente, e peço permissão ao Presidente para falar algo que foi defendido não só por ele, precisamos criar um aporte financeiro específico para os municípios pantaneiros protetores do bioma Pantanal, como forma de compensação financeira. (PALMAS) Não adianta segurarmos lixo de Cuiabá e de Várzea Grande! Não adianta e daí Barão de Melgaço ser punido. E precisamos fazer outras pontuações pormenores, a exemplo dos aterros sanitários que Barão de Melgaço não conseguirá implantar, porque tem 97% de água. Como é que irei obrigar o município a fazer isso? Nossos cemitérios... Onde vamos colocar nossos mortos? Não podemos ter cemitério. Vamos fazer o quê? Precisamos disso!

E essa correspondência já foi entregue para o Secretário Baby e acreditamos que ele poderá nos atender.

Eu gostaria de encerrar dizendo o seguinte, senhoras e senhores: que a discussão sobre o Pantanal vem de muito longe, muito longe e temos que continuar discutindo, mas que ouçam os cientistas do meio ambiente, ouçam quem mora no Pantanal, porque Bamburro, Maçega, não fazem parte do Pantanal.

Eu gostaria de falar para o representante da SEMA que quando eu tiver prova que com muitos empreendimentos cometeram crimes à margem do Rio Cuiabá e fizeram intervenções que não deveriam, eu irei levar isso à SEMA. E quem cometeu o crime que eu suponho que tenha cometido, que coloque suas barbas de molho, porque eu estou na cola. E quando eu tiver... Espero que aqueles que tenham provas circunstanciais sobre isso que me tragam, porque é muito fácil falar sobre defesa ambiental; é muito fácil falar mimimi de proteção, esquecer do homem e enrolar o próprio rabo e sentar em cima.

Eu gostaria que a SEMA viesse fazer uma visita aos nossos paradoxos, produção de soja e mineração, não para proibi-las, mas para dialogar e buscarmos aumento e, supostamente, até 30% na geração de emprego e renda em Poconé, com a fiscalização da SEMA.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito bem, Vereador. Sabias palavras e temos anotado tudo isso.

Eu vou passar a palavra para a Silvana e tem a inscrição da plateia ainda.

Lembrando que temos, ainda, a Cristina Cuiabália, mas eu não poderia deixar de dialogar com a fala do Walney, Eu já fiz algumas anotações, porque já vínhamos trazendo de outras discussões.

Nós precisamos nessa lei que vamos fazer no Estado de Mato Grosso garantir algumas coisas para os municípios pantaneiros desse fórum aqui, desses municípios que estavam aqui.

Eu só vou dar um exemplo, Silvana: em Barão de Melgaço, o repasse do transporte escolar - tem profissional da educação aqui né? -, se não me engano, é 3.5 reais o quilômetro rodado. Cada quilômetro rodado, a SEDUC repassa aos municípios 3.50 reais para comprar o diesel que está...

Quanto está o diesel aqui, em Poconé? Quatro reais e quarenta centavos o diesel aqui, Lucky Marlon!

Só que lá em Barão de Melgaço não roda. Lá navega, mas o repasse é o mesmo. E quem é do rio sabe que é muito mais caro você navegar do que você rodar, mas o repasse, ainda, é o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

mesmo, Pedro Ribeiro. Vimos falando isso há algum tempo que os municípios que têm o transporte fluvial de alunos têm que receber o valor do transporte fluvial de alunos e não o quilômetro rodado. Esse é só um caso.

Outra situação: como eu levo o meu PSF para o Baixo Pantanal? Como é que eu faço para levar na cheia? Navegando!

Então, o meu repasse da saúde tem que ser diferenciado, Vereador.

Como é que eu faço para as questões do FETHAB para os municípios em área alagada? Eu preciso receber diferente.

Assim, também, essa Lei federal que está no Senado precisa receber um olhar diferente com relação ao Fundo de Participação dos Municípios em área alagada.

Aí o senhor está coberto de razão: os repasses federais têm que ser diferente.

E uma criação...

Eu já estou antecipando aqui, porque fui provocado, acho que é isso.

O Fundo! “Ah, está cheio de Fundo”. Não está cheio, não! Tem Fundo que é usado para fazer outras coisas. Nós precisamos ter, nacionalmente, um fundo nacional, um fundo federal de apoio aos municípios pantaneiro ou de área alagada. É preciso ter nessa lei que o Senado vai aprovar e uma das indicações que fizemos para o Senador Pedro Chaves.

Silvana...

O SR. WALNEY DE SOUZA ROSA – Desculpe-me, é porque a Silvana é parceira.

Eu me esqueci de colocar, Silvana, uma discussão que apareceu depois, Presidente, na década de 90, foi criado os agentes de saúde com muita dificuldade, senhores. Como que paga? De onde vem o dinheiro? Hoje, faz uma contenção de despesa da saúde muito grande. O dia que presumirmos a criação dos agentes de proteção ambiental para biomas como o nosso, poderemos pagá-los razoavelmente bem para essa proteção e termos uma compensação muito maior. E quem serão eles? Quem conhece: ribeirinhos e pantaneiros, que estão lá na frente. Fica como sugestão.

Desculpe-me, Silvana. (PALMAS)

A SR^a SILVANA DIAS DE CAMPOS – Deputado, há uma lei, se essa única lei, de proteção de APPs, tivesse sido respeitada, hoje teríamos os 28 córregos de Cuiabá preservados, o Rio Coxipó, o Rio Cuiabá. É uma lei feita, em 1830, pelo então Governador-Geral. Nessa lei, ele colocou que quem tirasse a mata da beirada dos córregos, criasse porcos, galinhas lá dentro, pagaria 05 mil contos de réis e ficaria 02 anos preso. Se essa única lei tivesse sido respeitada... A beleza que teríamos...

Falando de peixe – o senhor é pescador, eu sei –, não temos mais curimatá na nossa região...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Hoje, eu sou pescador mais de pesca esportiva, confesso que já fui.

A SR^a SILVANA DIAS DE CAMPOS – É.

Eu estive na Baía de Siá Mariana recentemente, porque estou sempre andando por lá, o peixe não tem tanto assim, não. Eu estive lá no Sítio do Dinho, que é tataraneto de Augusto Leverger, falei: Dinho, tem um peixinho aí? Ele falou: “Tem nada, Silvana.”. Sabe por que não tem peixe? Briga da SEMA com o IBAMA. Um libera, o outro não libera, ficou aquela briga, lembra? Peixes sendo pescados com ova dentro, agora o peixe irá faltar...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – O nosso defeso é um tempo e o defeso de Mato Grosso do Sul é outro...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

A SRª SILVANA DIAS DE CAMPOS – Aí começaram a brigar.

O senhor falou que o Projeto da PCH Mantovilis foi aprovado dentro da lei, foi aprovado dentro da lei, sim, só que não é o projeto que foi executado. Tá? O próprio Secretário Baby sabe disso, todo mundo sabe disso. Outra coisa, o próprio Secretário nos disse que ele foi desembargado, então, o Secretário está mal informado ou o senhor está mal informado.

Procurador, infelizmente, eu tenho que dizer isso: o Ministério Público, a Procuradoria Pública, seja federal ou estadual, nós temos que provocá-los para eles reagir. Está na hora de não acontecer mais isso...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Silvana, acabou de chegar o Prefeito Tatá Amaral. (PALMAS)

Obrigado, Prefeito, pela participação do senhor em nossa Audiência Pública.

Continua com a palavra, a Silvana.

A SRª SILVANA DIAS DE CAMPOS – O biólogo ali tem razão, ele está certo, quem sabe lidar com o Pantanal é o pantaneiro e, infelizmente, o pantaneiro vai ficando “de volta”. Se percorrermos essas pousadas... Olha que eu conheço todas as pousadas da Transpantaneira e todas que estão do outro lado.

Pantaneiro, nós temos lá a família Coatti, ninguém mais lá é pantaneiro, a única pousada que preserva é do pantaneiro, que nasceu no Pantanal, que quando começou não tinha nem energia elétrica. Todas as outras vieram depois, e precisou da energia elétrica, precisou mudar todo o sistema, mas o pantaneiro não precisou, ele está com a mesma pousada de 40 anos atrás! Tranquilo e calmo, vivendo a vida, tocando moda de viola para a clientela.

Então, ele está certo. É o pantaneiro que tem que discutir a lei do Pantanal.

Quanto aos garimpos, Vereador Walney e Professor também, deixa eu falar uma coisa, Procurador, eu fui visitar essas casas aí. Eu, o Engenheiro Albeci, a Drª Luciana, advogada; Givaldo, técnico em edificações, as casas estão com rachaduras de cima a baixo; os poços de água estão secando; os animais de sobrevivência deles estão morrendo por conta da poeira. Os moradores estão com doença de pele, estão com problema de pulmão por causa da poeira.

Então, a reação do Ministério Público, em cima dos garimpos, tem que ser imediata; o Governo também tem que reagir; a fiscalização da SEMA tem que reagir imediatamente.

Falando em fiscalização, Deputado Professor Allan Kardec, eu acho que o senhor pode ajudar, a diária mais barata, vamos falar de lá, eu não vou falar nem a de cá, porque aqui eles podem ir de carro e voltar, mas quando você vai fiscalizar o nosso lado lá, é por água. Eles vão até a uma altura e depois precisam navegar. A diária mais barata de uma pousada lá é 240 reais. Daí a SEMA dá uma diária de 150 reais. Diga-me como esse fiscal ficará lá no Pantanal? Se o dono da pousada der um desconto, o fiscal é corrupto.

O fiscal vem embora, porque o dinheiro dele não dá para comer e dormir lá. O safado vai lá pescar e sai com peixe clandestino, que não pode ser pescado. Então, eu acho que tem que se fazer uma emenda, ou sei lá o que, e aumentar essas diárias, sim, sou a favor. Só que também tirar todos os fiscais corruptos, porque tem e nós sabemos que tem, moramos lá e sabemos que tem.

Discutir lei do Pantanal, se formos discutir tudo que tem para discutir, vamos ficar aqui muito tempo.

Daí, eu quero propor, Danielle, você falou uma coisa muito legal, discutir a questão do peixe. Nós vamos fazer, em Santo Antônio de Leverger, 02 grandes eventos envolvendo o Rio Cuiabá e o meio ambiente, lá na Praia Bar. O primeiro, Jogos Indígenas, ou seja, os jogos da integração, quilombolas, ribeirinhos e índios. Estamos acertando, já há um convênio com a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Secretaria de Cultura do Estado e vamos fazer. Tudo bem que o Prefeito foi lá e fez um dano absurdo naquela beirada de rio, mas graças a Deus a SEMA agiu a tempo e ele foi multado.

Vamos fazer lá nesses jogos, Danielle, poderíamos tirar, pelo menos, a metade do dia para aproveitar essas 03 comunidades que estarão reunidas, que uma delas depende do peixe para sobreviver, que é o ribeirinho, e já iniciar essa discussão, mas discutir, colocar as pessoas para levantar, fazer um estudo e levar mesmo a discussão.

Em seguida, faremos o primeiro Seminário Águas do Pantanal lá na Praia Bar de Santo Antônio de Leverger, daí tirarmos um dia inteiro para discutir única e exclusivamente a questão do peixe, desse rodízio que a Danielle propôs. E levar a sério essa questão. Mas, levar a sério mesmo, porque infelizmente o que acontece é que começamos uma discussão, chega ali já damos um chute e começa outra e não terminamos.

Estamos para ir agora ao Ministério do Meio Ambiente falar com o Ministro, não é, Walney? Vamos levar essas discussões até lá já por escrito, Walney, já chama a discussão com os Vereadores e tira um documento. Irei a PGE novamente, tenho ido muito a PGE, na 6ª Câmara, Procurador, e vou lá agora levar a questão do garimpo, da PCH Mantovillis e daquela outra barragem lá na nascente do Rio Mutum...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC - FALA FORA DO MICROFONE) - Madeira.

A SRª SILVANA DIAS DE CAMPOS - É.

Dentro de uma propriedade particular que foi, Vereador Walney, autorizada, feita há mais de vinte anos, que faz com que a Bahia de Chacororé seque.

Muito obrigada, gente. Eu falo demais, se deixar, eu vou ficar aqui a noite inteira.
(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) - Obrigado, Silvana.

Ainda temos a Cristina Cuiabália Rodrigues, mas eu vou passar a palavra ao Prefeito... (PAUSA)

Então, vamos passar para a plenária, Cristina Cuiabália Rodrigues, colaboradora do SESC.

A SRª CRISTINA CUIABÁLIA RODRIGUES - Boa noite a todos e todas!

Obrigada pela oportunidade de estarmos aqui discutindo um tema tão importante e de interesse de uma diversidade de pessoas.

O nosso lugar de fala, do SESC Pantanal, não é o da comunidade tradicional, não é o do fazendeiro, não é o da academia, não é o do poder público, mas é do SESC, enquanto uma instituição que fomenta o turismo no Pantanal, em Poconé, há mais de vinte anos.

Nós não somos essas representações, mas nos relacionamos com elas no dia a dia, através das atividades que temos no SESC Pantanal.

Nós não podemos dizer que somos pantaneiros, o SESC é uma entidade nacional, mas nós empregamos mais de duzentos pantaneiros. Nós reconhecemos que quem entende de Pantanal é o pantaneiro, senão não teríamos uma mão de obra de 80% de nativos do Pantanal, poconeanos, melgacenses, de São Pedro de Joselândia, enfim, todos compõem o nosso time e têm nos ajudado.

São mais de vinte anos de muito aprendizado. Nós não vamos dizer que não cometemos erros, cometemos muitos erros, sim, mas aprendemos muito com eles e temos tentado melhorar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Eu acho que a nossa contribuição nesta discussão, vários aqui... Nós não conseguimos chegar no horário, porque estávamos em outra atividade, mas ouvimos a palavra oportunidade e sustentabilidade em muitas falas. Nós queremos nos colocar nesse tema como uma oportunidade, que vocês vejam o trabalho do SESC Pantanal, em Poconé, como uma oportunidade, porque lá, a nossa missão é ser esse polo de referência em educação ambiental, em sustentabilidade, em turismo ecológico, em conservação da natureza e em pesquisa.

Nós estamos aqui para dizer que essas coisas são possíveis, que essas coisas são oportunidades, porque o turismo que realizamos é o turismo de experiência.

Recebemos mais de trinta mil visitantes por ano.

Pessoal, 30 mil pessoas estão vindo para Poconé, esperando conhecer essa cultura, esperando conhecer essa natureza e levar um pouco dela com eles, comprando. Comprando essa cultura e comprando essa natureza. Nós precisamos que a cidade, que os cidadãos de Poconé enxerguem também essa oportunidade e usufruam dela, porque ouvimos muito... Eu ouvi ontem uma pessoa de Chapada dos Guimarães que falou assim: “Seria uma grande sorte Chapada dos Guimarães ter um SESC, a gente vê os nossos jovens sem nenhum tipo de ocupação, a gente vê as nossas populações sem nenhum tipo de projeto que faça o engajamento na causa ambiental, na causa cultural. A gente não consegue se organizar enquanto polo de turismo, a gente não consegue se organizar para isso, seria muito bom ter um SESC lá.”. E Poconé tem o SESC Pantanal, então, vejam isso como uma oportunidade, apropriem-se dessa oportunidade que estamos abrindo e é uma cooperação, nós aprendemos com os pantaneiros e oferecemos essas oportunidades para fomentar e melhorar a qualidade de vida das populações que vivem aqui.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) -Vereador José Corrêa, a palavra está com o senhor.

O SR. JOSÉ CORRÊA - Boa noite, pessoal da mesa! Boa noite, Deputado, Prefeito e a população que aqui está!

Nós não somos pantaneiros, mas nos consideramos pantaneiros, porque chegamos a Mato Grosso em 1973 e ao Distrito de Cangas em 1977. Nós temos uma grande preocupação, porque viemos do Nordeste, saímos do Nordeste em 1973, chegamos ao Distrito de Cangas e víamos - naquela época nem asfalto tinha, era estrada de chão - a fartura de água que tinha de Poconé até chegar a Cangas. Nós tínhamos o Traíra, o Piranema, em todo lugar tinha água; tinha o Bento Gomes, que tem aquela ponte hoje, que quase não passa água mais por baixo.

Nós ficamos no Distrito de Cangas até 1990, em 1990 fomos passear no Nordeste e vimos tudo aquilo que deixamos. Depois de 17 anos, onde tinha água estava tudo seco, não existia mais água. Em leito de rio, cavava um poço com mais de dez metros para chegar à água. Nós começamos a ter essa preocupação com o Município de Poconé.

Hoje, quem conheceu o Piranema vê um Piranema seco, quem conheceu o Traíra vê ali também seco. O que é isso?

Eu vejo que se criaram várias leis, mas as leis prejudicam sempre o pequeno. Enquanto tinha o pantaneiro, o pequeno produtor, aquele que cuidava, os pântanos pequenos sobreviviam. A partir da hora que vieram os fazendeiros, foram comprando, fizeram drenos e foi secando tudo. E a lei... Criamos várias leis, eu sempre falo aqui na Câmara, eu sou Vereador, criamos várias leis, mas muitas leis não saem do papel, não são aplicadas. É o que acontece com as leis estaduais e com as leis federais. Cria-se muitas vezes a lei, mas a lei pune o pequeno, ela não pune o grande. A hora em que chega o grande, que compra uma área de mil hectares, ele mete uma

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

máquina em qualquer lugar, faz um dreno, seca a água e, sei lá, a fiscalização, ninguém... Se viu, faz de conta que não viu. Isso prejudica o próprio Pantanal, porque aquela água parou de descer para o Pantanal.

Nós temos essa preocupação, por quê? Porque eu vi lá no Nordeste, onde eu nasci, que onde tinha água para o povo beber, hoje não tem mais! Hoje, a água vem em caminhão pipa. Onde tinha abundância de água, hoje ela vem de caminhão pipa, de cem quilômetros de distância, para o povo beber aquela água, para tomar banho. E nós, se não cuidarmos do Pantanal para as novas gerações, porque nós já estamos lá, para nós não vai sobrar, mas vai sobrar para os nossos netos, para os nossos bisnetos, vai sobrar isso que está lá no Nordeste, um Pantanal seco, sem água, sem nada.

Não sei quem falou em curimba aqui. Quando eu cheguei a Mato Grosso, fui morar à beira do Rio Coxipó, e era a maior fartura de peixe que tinha no Rio Coxipó. O Rio Coxipó, hoje, não tem mais nada.

Eu não sei se os senhores se lembram do SESC, eu não sei se ainda tem, onde é hoje o Bairro São Sebastião...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC - FALA FORA DO MICROFONE) - Balneário Dr. Meirelles.

O SR. JOSÉ CORRÊA FILHO - É.

Ali cansei de pegar piraputangas. Você ia lá e pegava. Hoje, você não pega um lambari ali mais. Você não pega um Lambari!

Então, se nós não cuidarmos do Pantanal e não cuidarmos das nossas nascentes de água, daqui a 15 ou 20 anos, a nossa população ficará igual o Nordeste sem ter água para sobreviver. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Obrigado, Vereador Zé Corrêa! O senhor falou com muita propriedade.

Prefeito, vamos voltar a palavras aos componentes da mesa para as considerações, mas eu gostaria de fazer um preâmbulo para o senhor.

Estamos finalizando na cidade da qual o senhor é prefeito, na cidade que o senhor ama, tenho certeza disso, em Poconé, a tríade dessa discussão. Fizemos a primeira em Mimoso, que as duas Câmaras Municipais nos receberam, as Câmaras Municipais de Barão de Melgaço e de Santo Antônio de Leverger; semana passada, tivemos em Cáceres uma discussão boa, também, com qualidade como está sendo aqui e aqui estamos encerrando.

Estamos encerrando essas 3 discussões e faremos um relatório, Manoel, de cada uma dessas reuniões com as falas e a preocupação de cada um desses municípios. Hoje recebemos um material bastante amplo já que foi realizado aqui na discussão avançada. Isso irá fazer com que consigamos elaborar um texto mais consistente.

Mas uma coisa é importante, Tatá: precisamos fazer algo!

E uma coisa que eu gostaria de deixar registrado é que tem lei que não tem eficiência nenhuma, tem lei que é primordial, tem questões que não passam do papel, mas uma coisa, Vereador, eu quero dizer para o senhor: essa Lei do Pantanal já é realidade. Já é realidade! Já é realidade, porque ela já está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. E eis o problema: em que condições ela será aprovada.

Em que condição ela será aprovada, porque ela já é realidade, Tatá. Não tem mais volta! Ela será aprovada e vou voltar aqui... Eu vou deixar claro aqui: ela foi elaborada pelo setor de plantadores de soja. Ela foi elaborada por esse pessoal. Nada contra, pelo contrário, sabemos que a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

balança comercial de Mato Grosso alavancou no PIB do Brasil, mas isso não reflete no IDH da população que mora em Santo Antônio de Leverger onde nasci.

O que eu quero dizer com isso? Quem se preocupou, primeiramente, em colocar os representantes na Câmara Federal e no Senado foi o setor produtivo, como se nós, pantaneiros, também, não produzíssemos. Mas é o poder econômico e aí temos que ter consciência disso, do que estamos fazendo aqui. Nós estamos correndo atrás daquilo que já está praticamente pronto. E o que estamos fazendo, hoje, aqui? E eu recebo algumas críticas com muita naturalidade, até porque se não fosse para receber crítica, eu não estaria na política. Tem que receber com naturalidade. Depois que “Inês está morta” você quer tirar foto no velório? Não! Nós vamos produzir uma lei estadual e os senhores, vereadores, as leis municipais. É uma cadeia sucessiva e precisamos ter, exatamente, a fala, os saberes e os fazeres dos pantaneiros.

Eu estou tomando esse cuidado, Tatá, para que possamos produzir um bom relatório e que estejamos subsidiados para ter a nossa lei: olha, a lei geral do Pantanal diz isso, mas aqui, no nosso território, o uso e ocupação do solo é o meu município e o senhor que está com a caneta e os vereadores que têm esse controle. Vocês têm que trabalhar essa questão: o que vai ser autorizado ou não pelo meu município, pela lei de utilização do solo e subsolo.

E, óbvio, nós temos que subsidiar a questão dos planos municipais de saneamento que Cuiabá não fez - e eu dou a mão à palmatória, fui Vereador na última legislatura -; Várzea Grande não fez e nós despejamos o esgoto de 1 milhão de pessoas no Rio Cuiabá *in natura*.

Tata Amaral, *in natura*. Falamos que tratam 30, 35%, mas é conversa. É conversa! Não trata!

E aí eu cobro de Poconé, cobro de Barão de Melgaço, mas Cuiabá e Várzea Grande não fazem.

O que mais que estamos discutindo aqui? Eu quero mais dinheiro para os municípios. Eu quero compensação para os municípios. Nós precisamos ter um FPM diferenciado para os municípios pantaneiros; nós precisamos ter um FETHAB diferenciado para os municípios pantaneiros; nós precisamos ter um repasse da saúde diferenciado, repasse da educação, do transporte escolar que você tem dificuldade com áreas alagadas. Tem muitas comunidades aqui do 120 ao Pirigara que são comunidades que têm uma educação diferenciada em cada local.

Eu vou voltar a palavra aos componentes da mesa, partindo para o encerramento.

Quero dizer que estou muito feliz com todas as contribuições que temos tido aqui. Não vamos resolver de hoje para amanhã, mas uma coisa é importante: a Audiência, e eu tenho muita paciência com as Audiências Públicas, temos que ter, são registradas em notas taquigráficas e ficarão para a posteridade. Nós vamos ficar com esse material conosco e o relatório será compartilhado com vocês, com a Câmara Municipal de Poconé, com a Prefeitura Municipal, com o Ministério Público Federal que está presente aqui e tem voz, fala e vez. Nós precisamos ter esse conteúdo.

Encerro essa minha participação para ter aqui mais falas.

O Marcos Ferreira está aí, Coordenador de Conservação e Restauração?

Marcos, você quer falar? Pode deixar o microfone preparado para o Marcos.

Dr. Pedro Ribeiro, Mato Grosso não tem a Lei do Zoneamento Socioecológico Ambiental.

O que é isso, Caçamba? O único Estado da Amazônia Legal - estamos falando de Pantanal, mas, também, somos Amazônia Legal - que não tem a Lei de Zoneamento Socioecológico Ambiental, porque já foi feito o georreferenciamento em todo Estado, já foi feita uma discussão no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Estado inteiro. Eu era assessor de um deputado estadual que estava relatando essa lei. Inclusive, em alguns locais, nas discussões, nas Câmaras Municipais, havia muitos produtores armados e precisávamos de proteção policial para fazer a discussão, porque falavam: “Nessa área aqui pode desafetar. Desafeta essa área! Essa área não pode ser área de preservação, porque já tem plantação lá dentro.”. Foi nesse nível, mas conseguimos.

Nós conseguimos, Tatá. Inclusive, o Emanuel Pinheiro participou disso e não conseguimos aprovação. Agora, o Governo do Estado está com uma nova lei, não sei em que pé está, para que trazemos essa lei. E precisa aprovar! Aí o pessoal fala: “Ah, mas é mais uma lei.”. Não! É a lei. É o levantamento socioecológico ambiental, o que pode e o que não pode ser feito dentro do Estado. A partir da promulgação ou da sanção dessa lei, poderemos fazer as modificações necessárias ou não, mas temos uma lei amparada.

Hoje, o pantaneiro não tem marco legal. Não tem um marco legal onde é a minha pecuária; onde não é a minha pecuária; o que posso produzir de peixe em tanque-rede nas minhas baias que não secam.

Este movimento que estamos fazendo e que estamos encerrando, hoje em Poconé, Tatá, se Deus quiser, subsidiará essa Lei do Pantanal, que será a Lei do Pantanal de Mato Grosso, lembrando que o Pantanal é um só, lembrando que o Pantanal é de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, da Bolívia e do Paraguai e que os rios que formam a planície nascem no planalto. E eu não posso pensar diferente: pensar em planície e em planalto. Eu tenho que pensar nas bacias, nas bacias formadoras do Rio Cuiabá, do Rio Paraguai e do Rio Paraná. São essas as nossas grandes preocupações.

Com a palavra, o Sr. Marcos Ferreira, encerrando a participação da plateia.

Em seguida, passarei a palavra às considerações finais para o Ministério Público Federal e para o Prefeito Tatá Amaral.

O SR. MARCOS ANTÔNIO CAMARGO FERREIRA - Boa noite!

Estou muito grato, Deputado Professor Allan Kardec, pelo convite.

Eu só gostaria de fazer algumas observações para contribuir com os trabalhos que estão sendo realizados.

Como disse, anteriormente, sou Coordenador de Conservação e Restauração de Ecossistemas da Secretaria de Meio Ambiente. De formação eu sou Engenheiro Florestal, mas fui aluno da Professora Cátia Nunes no Mestrado há alguns dias... (RISOS). Posteriormente, fiz um Doutorado na Universidade de Brasília, estudando alguns outros ecossistemas.

É reconhecido que o Pantanal é o bioma mais preservado do Brasil, isso é muito claro para todo mundo, com maior percentagem de cobertura de vegetação nativa e a menor área com ação antrópica. Praticamente, 95% da área são constituídos de propriedade privada, sendo que 80% dela são utilizados para bovinocultura de corte.

O Pantanal foi reconhecido como Patrimônio Natural pela Constituição de 1988 e pela Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade da UNESCO.

Sobre a Reserva da Biosfera, nós estivemos, anteriormente, com a provocação do Vereador Walney, nesta mesma Casa, fazendo uma exposição do que se trata, porque havia uma confusão.

A Reserva da Biosfera trata de uma nova unidade de conservação? Do que se trata? Na verdade, a Reserva da Biosfera seria uma premiação, um reconhecimento para o homem pantaneiro que viveu e sobreviveu neste século, mantendo o Pantanal de forma ecológica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Qual seria a ideia da Reserva da Biosfera? É um selo reconhecido pela UNESCO, que todo produtor, que todo o pessoal que sobrevive do turismo, o pessoal que sobrevive do artesanato ter um selo reconhecido pela UNESCO que poderia apor os seus produtos, seria mais ou menos como aquele selinho do FSC os produtos.

O Comitê de Reserva da Biosfera ainda está em formação. Atualmente, ele funciona na Secretaria de Meio Ambiente, mas conta com a participação da Professora Cátia Nunes, do CPP; conta com a participação de pesquisadores do SESC Pantanal, de comunidades tradicionais, ACRIMAT, FAMATO, todos estão representados nesse ambiente de discussão. Então, é um fórum de discussão que serviria de muita base para os trabalhos que estão sendo feitos.

Nós tivemos um problema, ainda, com o Comitê da Reserva da Biosfera que, por exemplo, a AMM, Associação Mato-Grossense dos Municípios, não manifestou nenhum interesse e nem mandou... Não temos representantes dos municípios, sendo que há uma vaga.

Então, há vários fóruns de discussões sobre o Pantanal ocorrendo, ao mesmo tempo, agora. É importante que possamos tentar reconhecê-los e trabalhar de forma conjunta, de forma sistêmica, porque, senão, a Assembleia Legislativa trabalha isolada em um canto; a SEMA trabalha com outro grupo em outro canto e quando vamos a Mato Grosso do Sul vemos, ainda, a EMBRAPA trabalhando de outra forma, isolada, em outro canto, com proposituras todas paralelas.

Nós precisamos criar uma sinergia, reunir todas essas pessoas que estão pensando o bem do Pantanal para trabalharem juntas, porque o que temos hoje são fóruns distintos discutindo o mesmo assunto.

Eu não vou me delongar muito, mas há uma provocação na SEMA, também, que está sendo executada acerca da substituição de pastagem ou limpeza de pastagem aqui no Pantanal, que vai regulamentar a Lei do Pantanal.

Existe um grupo de trabalho formado dentro da Secretaria; a Secretaria ouve muito a academia... Por ocasião, convidamos a Professora Cátia Cunha, que estava no período sabático; convidamos o que entendemos como segunda Cátia Cunha do Estado, a Professora Érica Cesarini, que está acompanhando o grupo com vários outros colegas. Então, está sendo feita uma discussão de forma a ouvir todos os setores envolvidos.

Por último e não menos importante, quando falamos de valorar serviços ecossistêmicos, essa lei, já é uma propositura, volta da Assembleia Legislativa o tempo todo e a SEMA também contribui...

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC – FALA FORA DO MICROFONE) – Qual é...

O SR. MARCOS FERREIRA – Pagamentos por serviços ambientais. Foi proposta, se não me engano, pelo Senador Blairo Maggi, à época.

Para que tenhamos ideia, amanhã, às 09h30min, tem outra reunião na Assembleia Legislativa, chamada pela Câmara Técnica de Apoio à Engenharia, se não me engano, para discutir pagamento por serviços ambientais de área de preservação permanente e reserva legal.

Então, como eu disse, têm vários grupos trabalhando, distintamente, para objetivos comuns. Você tem que discutir e entender onde está o ponto do grupo e fazer um trabalho único

Basicamente, era isso. Muito obrigado! Não vou delongar mais (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Eu confesso que precisamos agora, antes de produzir qualquer relatório, chamar uma reunião ampliada. Chamar uma reunião ampliada, passarmos um dia ou dois na Assembleia Legislativa com todos esses entes que o senhor falou para que não deixemos ninguém de fora e consigamos fazer, realmente, dessa carta de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

intenção de defesa do Pantanal e do homem pantaneiro um grande projeto, que caiba todo mundo, pelo menos as vozes sejam colocadas nesse projeto. É obvio que precisamos sintetizar! Confesso que tenho um pouco de dificuldade com a síntese, mas, com um esforço, nós fazemos.

Vereador Márcio.

O SR. MÁRCIO FERNANDES – Boa noite a todos!

Em nome do Prefeito Tatá, quero cumprimentar os componentes da mesa!

Parabéns ao Deputado por estar à frente dessa bandeira!

Quero cumprimentar, em nome do meu colega, ex-Vereador Elson (Guti-Neto), todo público.

O que já foi dito aqui é de muita relevância, essa questão que se discute o Pantanal. Mas, como o senhor já disse, a lei está lá na Comissão de Constituição, Justiça, e esperamos que tenha como reverter alguma coisa a mais voltada para a Baixada Cuiabana, principalmente para as cidades pantaneiras, reconhecida como pantaneira, como Poconé, Barão de Melgaço e outras cidades, nessas questões que o senhor já colocou aí, as questões das políticas públicas referente à educação, ao FETHAB, para que nos venham recursos diferenciados para a região.

Nós, enquanto Vereadores, sabemos da dificuldade que o Executivo está passando, principalmente, no meio rural para recuperação das pontes e outros. O recurso do FETHAB vem, mas não está sendo suficiente; o recurso do transporte escolar vem, mas as nossas estradas são muito grandes, Deputado, e temos muitos assentamentos. O transporte escolar nosso, salvo engano, são vinte e dois amarelinhos, fora, não sei nem quantos, a questão dos ônibus que são terceirizados. A nossa frota não aguenta essas estradas.

Nós temos, sim, que colocar nessa questão das políticas públicas um recurso diferenciado para Poconé, Barão de Melgaço, para essas cidades.

Com relação ao nosso rio, não me lembro quem disse, temos que pensar aqui, em Poconé, o único rio que abastece a nossa cidade é o Rio Bento Gomes, que desce o Rio Piranema e encontra-se com o Rio Bento Gomes. Esse é o único rio que abastece trinta e dois mil habitantes.

Se fizer um levantamento hoje, Poconé deve estar com quase 40 mil pessoas. Eu não sei quando foi feito o último levantamento. Mas se acontecer alguma coisa em nossa cidade, vamos ficar sem água. Eu acho que foi a senhora ali que colocou a importância da água em Poconé.

A questão da permanência do homem pantaneiro, o Pantanal só está como está até hoje por causa do homem pantaneiro. Infelizmente, como o Vice-Prefeito colocou vários pantaneiros que vieram dos seus bisavôs, da fazenda, estão vendendo. Por quê? Porque estão sem recursos para estar mantendo as suas áreas.

Eu não sei até que ponto, em que lei está, porque geralmente essas fazendas, hoje, virou só betume, virou só cambará.

Em um debate sobre a questão do meio ambiente, eu sugeri, e um ambientalista foi contra a minha posição, que colocasse o cambará para ser industrializado. Se você vier ao Nortão, o tal jacarezinho para nós, aqui, é o cambará, a madeira. E todos que conhecem o Pantanal sabem que onde nasce o cambará não nasce mais nada em volta dele. Ali acaba com a pastagem. E quem limpa o Pantanal? É o gado.

Hoje em dia o Pantanal está com pouco gado e está virando, como o Vice-Prefeito bem colocou, um batume, que será um perigo futuramente, um fogo que ficará aí.

No ano passado tivemos um fogo na região do SESC Pantanal, um avião ficou nem sei quantos dias apagando o fogo naquela região.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

O SESC - não sou contra o SESC, o SESC gera emprego em Poconé -Pantanal trouxe geração de emprego para a nossa região do Poconé, tem uma biodiversidade e emprega muita gente em nossa cidade, veio e favoreceu o povo de Poconé, sou a favor do SESC Pantanal, mas essas questões da preservação do homem pantaneiro têm que existir na nossa região, porque o homem pantaneiro está saindo do Pantanal, ele não aguenta ficar mais naquela região chamada Pantanal.

Referente ao peixe, acredito que se vocês pegarem agora nesta época um cavalo pantaneiro, como disse o Guti, descer daqui da região do SESC Pantanal até lá embaixo no Porto Jofre, vocês irão ver a quantia de peixes que morrem nos corixos, presos, porque agora, quando vem a enchente, Deputado, o senhor que conhece esta região, os peixes saem.

Se mandarem fazer um estudo nesta região de Poconé, na região da Baixada Pantaneira, o quanto de peixe que morre de todas as espécies presos nessas baías, nesses corixos, é o peixe que está faltando no leito do rio.

Quanto ao assoreamento do rio, como o senhor colocou, se você descer hoje na região do Rio Cuiabá, próximo ao Ribeirão, lá está quase cortando. Está seco, assoreado.

Pensar essa questão de limpar o leito do rio, não sei, criar uma política pública para fazer esse desassoreamento, principalmente na descida do Rio Cuiabá.

Se for ver nessa região do Ribeirão, têm vários lugares que já estão sendo cortados no rio, porque está seco e assoreado.

Se pegar a região aqui de cima, do Pirigara, está virando só uma praia no Pirigara.

Se andar na região de São Benedito, o Guti Neto conhece essa área, se for hoje para essa área do São Benedito, a maioria dessa área está toda só praia, praia, praia, praia, praia. Não se sabe onde está correndo o leito do rio.

Temos que colocar para criar essas políticas públicas para ver esse povo lá de baixo, povo sofrido.

O povo pantaneiro merece ter esse respeito. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Vereador.

Gustavo, que dia vamos ao Pirigara? Tem uma agenda nossa no Pirigara. Já convida os Vereadores e o o Secretário.

O SR. GUSTAVO (FALA FORA DO MICROFONE) – Dia 12.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Dia 12 de julho.

Vamos fazer uma expedição, nós vamos descer até o Pirigara, tem toda uma situação da barca do mel, a situação de uma comunidade isolada, que quero conhecer pessoalmente. Vamos fazer um esforço para irmos.

A SR^a SILVANA DIAS DE CAMPOS (FALA FORA DO MICROFONE) – A aldeia.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Na aldeia, é claro.

Eu vou trazer para a mesa para as considerações finais.

Passo a palavra ao Procurador Federal Pedro Ribeiro e depois o Prefeito Tata Amaral encerra a participação da mesa com suas considerações.

O SR. PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO – Obrigado, Deputado Professor Allan Kardec.

Cumprimento a todos pelo trabalho de hoje. Para mim foi de suma importância ter tido esta oportunidade, esse contato, de ouvir os relatos da impressão de todos os senhores.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Enalteço a iniciativa do Deputado Professor Allan Kardec, que tem mobilizado essa temática do Pantanal ao longo das cidades da região.

Desejo sorte no relatório final e me coloco à disposição também para receber esse relatório, poder discuti-lo com Vossa Excelência e colocar o Ministério Público Federal à disposição para buscar justamente a indução do desenvolvimento sustentável do Pantanal, buscar discutir as problemáticas, discutir aquilo que muito bem aqui foi pontuado, aquilo que nós podemos fazer juntos, porque hoje isso acaba muitas vezes se tornando claro, não somente no que diz respeito aos interesses da região pantaneira, mas do próprio meio ambiente como um todo.

Muitas vezes percebe-se o envolvimento de diversos atores, sociedade civil organizada por um lado, agentes políticos por outro, Ministério Público de outro, órgãos ambientais, setores produtivos, muitas vezes todos almejando o mesmo interesse. Claro, é natural que divergências ocorram, mas eu estou certo de que muitas vezes conversando, conseguimos, enfim, identificar uma grande área de interesse comum justamente com todas as partes.

Insisto, temos sempre que buscar trabalhar juntos, traçar estratégias comuns, dividir essas execuções para que juntos possamos atingir uma política desejada.

Portanto, gostaria mais uma vez de enaltecer esta iniciativa e desejar sorte, Deputado.

Enfim, estamos sempre à disposição, não somente do senhor como também de toda população, assim como de todos aqueles que entenderem por bem buscar a ajuda do Ministério Público Federal.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Passo a palavra para o nosso Prefeito Tatá Amaral.

O SR. ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL) – Boa noite a todos!

Primeiramente, quero pedir desculpas, Deputado Professor Allan Kardec, pelo atraso, estávamos num compromisso na Capital. Esta é a última semana para canalizarmos alguns recursos e estávamos lá correndo atrás para podermos aproveitar o máximo possível para não ficarmos fora desse processo.

Eu quero parabenizá-lo, Deputado, pela iniciativa que o senhor toma no Estado de Mato Grosso, na Baixada Cuiabana principalmente.

O senhor, como representante do Pantanal, toma essa iniciativa de poder levar essas discussões, uma discussão bem polêmica, bem complicada.

Infelizmente, alguns setores ainda não veem a necessidade de estar aqui, de participar, debater, trazer suas sugestões, para que possamos buscar alternativas com as quais ninguém possa sentir muito prejudicado.

Temos, sim, que buscar a questão da preservação do homem pantaneiro, preservação do Pantanal, mas temos que ter também a garantia de que as pessoas que cuidam, que zelam, tenha retorno, tenha um diferencial nessas questões.

Não podemos comparar aquele povo sofrido lá do Pantanal, que têm dificuldades para produzir e se manter e nivelá-los com as pessoas lá de cima, que têm outro padrão de vida, outro padrão de situação, com dificuldades menores que eles têm aqui no Pantanal. Então, tem que ter esse diferencial, tem que ter muito essa discussão, esse comparativo e parabenizo sua ação.

Quero parabenizar o Presidente da Câmara Municipal, e em seu nome parabenizar todos os vereadores, que têm feito desta Casa de Leis oportunidades de grandes debates a respeito,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

principalmente a respeito da preservação ambiental, discutindo essas questões polêmicas e importantes.

Em seu nome, Presidente, quero parabenizar todos os demais vereadores por este espaço de discussão.

Temos certeza que várias outras oportunidades terão e há a necessidade de todos os segmentos envolvidos, tanto ambientalistas, como produtores, como políticos, agentes políticos, o Ministério Público estarem presentes para que possa sair daí um documento, sair daí um embasamento para uma lei para que possamos dar sequência na preservação, mas, também, garantir a questão da sobrevivência econômica da região. No Município de Poconé, só para citar, hoje, vivemos, totalmente, dependentes de repasses estadual e federal e a cada ano que passa vai diminuindo e a situação vai se complicando. Nós precisamos da geração de emprego e renda. Hoje, vivemos da pecuária com toda dificuldade que está; nós dependemos da mineração. Somos conscientes da degradação que ela traz para o nosso Município, mas, hoje, ainda, ela é uma grande economia dentro do nosso Município, pois, gera emprego e renda.

Então, nós temos que ter esse cuidado de manter a preservação, mas temos que ter uma maneira, um jeito de conciliar. É difícil falar em conciliação quando há degradação e quando precisamos, mas temos que ter meios para suavizar, uma maneira mais simplificada para que possamos dar sequência e até mesmo para que, enquanto isso, o Município busque outras alternativas de renda, de geração de emprego. Não podemos deixar... Hoje, para se ter uma ideia, só na mineração passa de 2.500 pessoas com carteiras assinadas, totalmente regulamentadas. Então, não podemos tomar ações que venham a inviabilizar essas famílias e seus empregos. Não temos outros empregos.

Quando a representante do SESC disse que gera 200 empregos, ótimo, beleza, mas é insuficiente para uma população quando temos aqui 32 mil habitantes só aqui na sede. Antigamente, eram mais de 20 mil habitantes, 22 mil habitantes que tem... Quando não é funcionário público depende de quê? Da mineração, do comércio, de tudo que tem.

Então, temos que ter esse cuidado, é importante termos esse cuidado para não voltarmos ao Município de Poconé das décadas de 85, 87, quando vieram ações bruscamente e o Município foi muito penalizado, a população foi muito penalizada. Estamos à frente do Município, eu o Caçamba e os vereadores, buscando alternativas de encontrar outros meios de emprego para substituir essas questões.

Sabemos e confiamos muito na questão do turismo, tanto é que no dia 29 lançaremos aqui a Taxa de Preservação Ambiental que será uma receita nova para o Município do Poconé. Tiraremos algum benefício do turismo para deixar para o Município de Poconé até mesmo para podemos divulgar mais o nosso turismo e deixar algum resíduo, também, para os cofres públicos do Município de Poconé.

Então, eu quero parabenizar pela iniciativa dessas reuniões, desses debates. Eu creio que deveríamos aqui, no plenário, ter mais segmentos. Temos aqui o Sindicato Rural participando, mas não vejo representante da soja; não vejo aqui representante da mineração, que são pessoas que deveriam estar aqui, também, para discutir, para ouvir, dar suas sugestões manifestando, para que possamos chegar num consenso para que setor nenhum não é que não será prejudicado, que seja, mas que não seja tão brutalmente sacrificado em prol, muitas vezes, da preservação que tem que existir.

Muito obrigado a todos! (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

O SR. PRESIDENTE (PROFESSOR ALLAN KARDEC) – Muito obrigado, Prefeito!

Agradeço a Silvana, do Instituto Ambiental Augusto Leverger; ao Vereador Ademir Aparecido Zulli, Presidente da Câmara, agradeço profundamente a hospitalidade e a receptividade de Vossa Excelência e de todos os Vereadores que nos receberam aqui; Prefeito Tatá, somos parceiros, sabe que eu tenho um carinho especial por Poconé e é óbvio que estamos a sua disposição e à disposição do Caçamba para o que for necessário.

Agradeço o Ministério Público Federal, por meio do Dr. Pedro, a gentileza de estar conosco até agora. Quero dizer que estaremos com o senhor e quando estivermos no processo de elaboração desse relatório iremos chamá-lo. Eu espero que, ainda, consigamos avançar muito nessas questões; Geraldo, muito obrigado, mais uma vez, por estarmos juntos; Bruno, muito obrigado, também.

Antes de encerrar, eu gostaria de parabenizar a nossa participação aqui.

Há vida inteligente dentro de Poconé, há grandes discussões acadêmicas e empíricas, também. Não há o acadecismo sem o empirismo, sem aquela porção de realidade. Muitas vezes, nós, da Academia, e eu respondo também por lá, concluindo o meu doutorado em Estudo da Cultura Contemporânea, na Universidade Federal de Mato Grosso, conceituamos, mas, cada vez mais, a Academia está conceituando a partir da realidade local, das realidades locais. Então, isso traz para nós avanços que só nós mesmos podemos alcançar a partir dessas pesquisas, a partir dessas discussões.

Então, hoje, eu estou muito contemplado com tudo o que nós ouvimos e registramos aqui em notas taquigráficas, registramos com a Assembleia Legislativa presente no Município de Poconé.

Poconé é um município histórico. Tenho certeza que aqui, nesta Casa, travou-se várias discussões e serão travadas outras grandes discussões.

Para não deixar o registro escapar quero dizer que a questão da crise hídrica no Estado de Mato Grosso é uma realidade. Tangará da Serra ficou na seca. O Rio Sepotuba já desceu níveis que jamais tinha alcançado; Rondonópolis passou por crise hídrica ano passado; Chapada dos Guimarães... Vejam que paradoxo: Chapada dos Guimarães, que tem o Lago do Manso, passa por uma crise hídrica! Hoje, nós conseguimos aprovar um recurso para a Mata do Cipó, que é uma comunidade rural, de uma roda d'água, porque o poço artesiano do qual a comunidade sobrevive secou. Então, são realidades que parecem que estão distantes. São Paulo, por exemplo, a Cantareira secou.

E por que é que seca, Tata? Porque há degradação do meio ambiente! Há degradação do meio ambiente, a poda de árvores, de vegetação que segura essa água. Há uma ampliação da produção expansiva agrícola. Para cada grão de soja que exportamos quantos litros de água vai naquela irrigação? Nós temos que pensar, também, no futuro.

É óbvio que esse é o grande desafio do Estado de Mato Grosso e o grande desafio do Brasil, Lucky Marlon, da *Rádio Assembleia*, que eu agradeço todos os assessores da Assembleia Legislativa que vieram aqui, hoje.

Qual é o grande desafio? Fazer com que o Estado de Mato Grosso continue crescendo aliado ao desenvolvimento com preservação ambiental. Esse é o grande desafio dos gestores e das próximas gerações!

Eu estou muito satisfeito com a nossa Audiência Pública aqui, em Poconé.

Por isso, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE DEBATER O PANTANAL,
REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2018, ÀS 19H, NO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

Muito obrigado a todos! (PALMAS)

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Alessandra Maria Oliveira da Silva
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Taiza Antônia Noujain;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
 - Patricia Elena Carvalho;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Sheila Cristiane de Carvalho;
 - Solange Aparecida Barros Pereira.